

Estudo de Boas Práticas Empresariais na Amazônia

 **cebds** **idesam**



Copyright: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
2022

Estudo idealizado pelo CEBDS

Consultoria: Idesam

Autores: Mariana Buoro | Mariana Pavan | Mariano Cenamo

Coordenação Técnica: Karina Simão

Revisão e adequação de conteúdo: Karina Simão | Alexandre Bezerra | Luana Maia

Ano: 2022

Projeto Gráfico: Ludus Global | Joana Dupre | Mariana Vilhena | Luísa Quirino | Larissa Assis

Redes sociais do CEBDS:

cebds.org

[Facebook.com/CEBDSBR](https://www.facebook.com/CEBDSBR)

[Twitter.com/CEBDS](https://twitter.com/CEBDS)

[Youtube.com/CEBDSBR](https://www.youtube.com/CEBDSBR)

[Instagram.com/cebds_sustentavel](https://www.instagram.com/cebds_sustentavel)

[Linkedin.com/company/cebds-br](https://www.linkedin.com/company/cebds-br)

Sumário

1. INTRODUÇÃO

CEBDS....**6**

Idesam....**7**

Sumário Executivo....**8**

Objetivos....**9**

Metodologia....**10**

2. CAMINHOS JÁ CONSOLIDADOS

Metas de descarbonização....**16**

Políticas corporativas....**18**

Sistemas de rastreabilidade....**19**

Apoio na capacitação e adequação ambiental de fornecedores....**20**

Serviços financeiros....**21**

Investimento social privado, ESG e apoio a projetos socioambientais....**23**

Parcerias para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação....**26**

Investimentos em ações estruturantes....**27**

Atuação conjunta com parceiros locais....**28**

Participação em redes e espaços de diálogo e articulação....**29**

Ações de enfrentamento à COVID-19....**30**

sumário

3. CASEBOOK

Acelerador de Agroflorestas e Restauração....**33**

Acelerando o Desenvolvimento....**35**

AgriHub....**37**

Iniciativa PRO Carbono....**39**

Juntos pelo extrativismo da borracha na Amazônia....**41**

Meta florestal....**43**

Nós da Floresta, desenvolvimento territorial com foco no empreendedorismo e na economia da floresta em pé - Ecossistema Amazônia Viva....**45**

PrevisIA....**47**

Programas de Desenvolvimento Territorial no Maranhão, Pará e Tocantins....**49**

Vila Restauração....**51**

Ybá: Conservação que Transforma....**53**

Quadro Geral....**55**

4. CONCLUSÃO

Recomendações....**63**

Referências....**65**

1

Introdução

Carta do CEBDS

É tempo de Amazônia

Lar de quase 30 milhões de brasileiros, a Amazônia é quase sempre lembrada por dois predicados: o de ser a maior floresta tropical do mundo - com papel fundamental na regulação do equilíbrio ecológico do planeta - e, ao mesmo tempo, ser constante alvo de devastação. Isso ocorre porque muitas das atividades econômicas desenvolvidas na região seguem uma lógica obsoleta, baseada no desmatamento e que não leva em consideração todos os serviços ambientais prestados pela floresta - sem contar os agentes que operam à margem da legalidade.

Mas os tempos mudaram, e os negócios também vem passando por transformações. A agenda ESG (ambiental, social e de governança) se impõe, de modo que as empresas começam a perceber a importância de não só mitigar riscos e impactos sociais e ambientais, mas sobretudo gerar impactos positivos para as pessoas e o planeta. A emergência climática forma, ao lado da perda da biodiversidade e da crescente desigualdade social, a tríade das crises que a humanidade enfrenta, às quais precisa dar respostas. Os negócios são parte da solução, e a Amazônia não poderia ser mais estratégica: conservar a floresta e seus modos de vida é bom para o Brasil e para o mundo.

Por isso o CEBDS, que chega agora à marca histórica de 100 empresas associadas, tem buscado mobilizar o setor empresarial para inserir a Amazônia em suas estratégias de negócios, além de influenciar o poder público em políticas para a floresta. Um passo nessa direção foi dado com o lançamento, em 2020, do Comunicado do Setor Empresarial Brasileiro, direcionado aos Três Poderes e que chamou a atenção sobre a necessidade de maior ênfase no combate ao desmatamento ilegal, a partir da assinatura de 78 empresas, cinco investidores e oito instituições.

No ano seguinte, o CEBDS apresentou o Movimento Empresarial pela Amazônia, cujo objetivo é fomentar novos modelos de negócios na Amazônia, a partir das expertises de nossas associadas, visto que existem oportunidades em diversas áreas - desde setores tradicionais, como infraestrutura e energia, até segmentos que estão despontando, como bioeconomia, créditos de carbono e soluções baseadas na natureza.

Este presente estudo, elaborado em parceria com o Idesam, é uma contribuição do Movimento Empresarial pela Amazônia nessa direção. Ao mapear a experiência de nossas associadas no desenvolvimento de estratégias de negócios na Amazônia, buscamos trazer inspiração e ideias para outras empresas que querem fortalecer suas ações na região. Foram levantadas 143 iniciativas, de 53 companhias, que se conectam aos sete temas prioritários do CEBDS para a Amazônia: combate inflexível ao desmatamento ilegal, inclusão de comunidades locais, valorização da biodiversidade, direcionamento do capital para uma economia circular e de baixo carbono na região, entre outros pontos.

Nossas empresas sabem conciliar produção e preservação. Mas queremos ir além: fomentar um movimento transformador dos olhares sobre a Amazônia que torne possível construir um novo paradigma de desenvolvimento para a região, onde o tradicional e o disruptivo possam conviver, gerar riquezas e valor compartilhado a partir da compreensão da lógica da floresta, de suas populações, seus rios, sua sociobiodiversidade. O setor empresarial pode e deve assumir o protagonismo para a construção de um modelo que será o grande diferencial do Brasil na economia global, com uma Amazônia próspera, inclusiva, combativa da crise climática e orgulhosa de suas vocações.

- Marina Grossi

Presidente | Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)

CEBDS

O **Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)** é uma associação civil sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável para as empresas que atuam no Brasil, por meio da interação com governos e sociedade civil, além de divulgar os conceitos e práticas mais atuais do tema.

O CEBDS foi fundado em 1997 por um grupo de grandes empresários brasileiros, atento às mudanças e oportunidades que a sustentabilidade trazia, principalmente a partir da Rio 92. Hoje reúne mais de 98 grupos empresariais com atuação no Brasil, com 13 das 15 maiores companhias em valor de mercado do país associadas.

Representante no Brasil da rede do **World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)**, que conta com quase 60 conselhos nacionais e regionais em 36 países e de 22 setores industriais, além de 200 grupos empresariais que atuam em todos os continentes.

Carta do Idesam

O Idesam acredita que o futuro da Amazônia passa por uma nova economia, de baixo carbono e baseada na valorização da floresta e dos recursos naturais. Por isso trabalhamos há 18 anos na construção de soluções inovadoras para os desafios sociais e ambientais da região, que incluem ações em pesquisa e desenvolvimento (P&D), manejo e tecnologias florestais, produção rural sustentável, gestão territorial e investimento em negócios e startups de impacto socioambiental positivo.

No momento em que o mundo passa por uma emergência climática sem precedentes, o Brasil passa por uma nova onda de destruição da floresta amazônica. Em 2022, atingimos um novo recorde negativo com a maior taxa de desmatamento dos últimos 15 anos. O atual desmonte de estruturas e políticas e a incapacidade de nossos governos em lidar com a defesa ambiental pede envolvimento mais ativo de todos nós, especialmente do setor privado - na construção dessas soluções.

O aumento de consciência, de um lado, e pressões de mercado e das novas gerações comprometidas com o futuro do planeta, de outro, têm estimulado movimentos de resposta de empresas e bancos em reforçar sua agenda ESG e metas de zerar suas emissões de carbono. No Brasil, falar de redução de emissões deve ser sinônimo de agir para reduzir o desmatamento - responsável por mais da metade de nossas emissões nacionais, grande parte dele acontecendo na Amazônia, onde a taxa de desmatamento mais que dobrou em relação à média de 2009 a 2018.

O desafio é também uma oportunidade, na medida em que a Amazônia representa nossa melhor (senão única) chance de ocupar uma posição relevante na economia global no século 21. É na conservação da Amazônia que conseguiremos diminuir significativamente as emissões de gases do efeito estufa no país - 70% de nossas emissões vêm do uso da terra, do desmatamento e da agropecuária. E é aqui também que temos nossa melhor oportunidade para atrair investimentos e promover uma recuperação econômica verde com base na bioeconomia.

Engrossando o chamado ao setor privado brasileiro para se conectar mais profundamente com a região, o presente estudo mostra caminhos, tanto consolidados quanto em construção, que refletem possibilidades dessa aproximação. Esperamos que seja fonte de inspiração e motivação a todos os leitores.

- Mariano Cenamo
Diretor de Novos Negócios | Idesam
CEO | AMAZ Aceleradora de Impacto

Idesam

O **Idesam** é uma das principais instituições não-governamentais baseadas na Amazônia brasileira, sendo reconhecido como uma das melhores ONGs do Brasil em 2020¹. Com 18 anos de existência, tem como missão promover a valorização e o uso sustentável de recursos naturais na Amazônia, buscando alternativas para a conservação ambiental, o desenvolvimento social e a mitigação das mudanças climáticas.

Com uma atuação forte dedicada ao engajamento do setor privado para a promoção da bioeconomia e conservação de florestas, realiza estudos estratégicos, estruturação de cadeias de valor, projetos de P&D e inovação, investimentos e aceleração de negócios de impacto socioambiental.

Foi um dos idealizadores e fundadores da **PPA - Plataforma Parceiros pela Amazônia** e liderou os GTs de Bioeconomia e de Negócios de Impacto, que deu origem à **AMAZ Aceleradora de Impacto**. Possui também um amplo relacionamento com empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, ajudando a estruturar investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em Bioeconomia através de seu Programa **Programa Prioritário de Bioeconomia** (PPBIO)²

¹ <https://idesam.org/tag/melhores-ongs/>

² Para saber mais acesse: <https://bioeconomia.org.br/>

Sumário Executivo

Qual o papel do setor privado nos dias de hoje para a Amazônia?

Essa foi a principal pergunta que norteou a realização desse estudo e pautou as pesquisas e diálogos com as empresas e especialistas entrevistados nos últimos meses. Gerar valor compartilhado, contribuir para o desenvolvimento local, valorizar a floresta em pé e seus ativos, promover a bioeconomia, apoiar e fortalecer políticas públicas que valorizem a região... Não existe uma única resposta. Mas todos apontam para uma mesma direção: **nos próximos anos, as empresas deverão ter um papel protagonista para a construção de um novo modelo de desenvolvimento que será o grande diferencial do Brasil na economia global.** Isso inclui tanto empresas que operam diretamente na Amazônia, as que não estão localizadas na Amazônia mas compram produtos ou insumos locais, e até mesmo aquelas que não possuem qualquer relação com a região, mas passarão a operar para atingir metas ESG ou para contribuir com a redução de emissões de carbono no Brasil.

O propósito deste estudo é **apontar caminhos e oportunidades para um maior engajamento do setor privado na incorporação de práticas que contribuam para a conservação de florestas e desenvolvimento sustentável na região.** As soluções exemplificadas são aplicáveis para diferentes contextos de atuação.

Estas possibilidades envolvem ações ligadas diretamente ao território nos quais as empresas estão localizadas, tais como projetos de desenvolvimento territorial multistakeholder que envolvem governos, parceiros e instituições locais, ações de capacitação e fomento ao extrativismo e desenvolvimento comunitário, entre outros.

Da mesma forma, para empresas implicadas em cadeias de valor na região, aponta-se a necessidade de políticas responsáveis de compras, incentivo a projetos locais e outras formas de atuar e apoiar iniciativas mesmo sem estar geograficamente localizadas na região.

Independente do caminho escolhido, é urgente o chamado ao envolvimento ativo e responsável do setor privado na valorização e conservação da Amazônia. Em um mundo onde a informação e a divulgação de ações negativas é amplamente disseminada com apenas alguns cliques, urge um compromisso real e efetivo das empresas. Riscos de imagem, cobrança dos consumidores por posturas mais éticas, bloqueios e boicotes do mercado internacional, juntamente com a emergência climática, taxas crescentes de desmatamento e retrocessos cada vez mais significativos na política ambiental brasileira reforçam, ainda mais, a responsabilidade e o protagonismo que o setor privado deve assumir em promover ações positivas e em usar seu próprio poder de influência para alavancar pautas ambientais e práticas que beneficiem a região.

Para as grandes empresas, é possível ver um processo de amadurecimento e magnitude das ações desenvolvidas, que servem como um convite à ação coletiva, com oportunidades de parcerias e colaborações diversas, apontadas em alguns dos cases aqui apresentados. Para empresas que estejam ainda se aproximando do tema, são também apresentados caminhos iniciais, que podem servir como primeiros passos para a construção de uma estratégia interna de expansão do debate e fortalecimento de políticas e programas dentro de suas diferentes áreas.

Independente da estratégia, a mensagem é clara: precisamos de **maior protagonismo do setor privado.** Conservar a Amazônia é bom para o Brasil e o mundo, estratégico para as empresas, e fundamental para o futuro de nossa economia.



Objetivos deste estudo

Alinhado ao destaque crescente que o CEBDS vem dando para oportunidades de atuação no bioma Amazônia em suas frentes de trabalho, o presente estudo se soma ao esforço de articulação e engajamento do setor privado para a região, e visa:

Mapear boas práticas empresariais atreladas ao desenvolvimento sustentável da Amazônia, particularmente dentro do portfólio de iniciativas de seus associados

Reconhecer e promover projetos que gerem impacto positivo na região, especialmente os com potencial de replicabilidade ou escalabilidade

Contribuir para a gestão do conhecimento no que se refere ao investimento privado, voluntário ou condicionado, em agendas socioambientais na Amazônia

Inspirar e estimular o engajamento de empresas em boas práticas existentes que impulsionem o desenvolvimento sustentável da região

Metodologia

O ponto de partida para este estudo foi mapear e analisar projetos e ações empresariais na Amazônia dentre os membros do CEBDS. Esta pesquisa foi feita de forma remota, baseada em dados públicos, tendo como fontes principais os relatórios institucionais, de sustentabilidade e as informações disponíveis nos sites de cada empresa, complementadas por fontes secundárias como matérias de jornais e portais de busca. Este processo aconteceu entre os meses de março e abril de 2022, abrangendo associados e suas iniciativas divulgadas publicamente até então.

O mapeamento identificou inicialmente 143 iniciativas, de 53 empresas, ligadas aos sete temas prioritários do CEBDS, que aparecem listados no Comunicado do Setor Empresarial Brasileiro como eixos de ação fundamentais para a Amazônia. São eles:

Temas prioritários

1

Combate inflexível e abrangente ao desmatamento ilegal na Amazônia e demais biomas brasileiros;

2

Inclusão social e econômica de comunidades locais para garantir a preservação das florestas;

3

Minimização do impacto ambiental no uso dos recursos naturais;

4

Valorização e preservação da biodiversidade como parte integral das estratégias empresariais;

5

Adoção de mecanismos de negociação de créditos de carbono;

6

Direcionamento de financiamentos e investimentos para uma economia circular e de baixo carbono;

7

Pacotes de incentivos para a recuperação econômica dos efeitos da pandemia da COVID-19 condicionada a uma economia circular e de baixo carbono.

Metodologia

A partir dessa análise, foi possível apontar frentes comuns de atuação que sugerem um certo “caminho das pedras”, e podem servir como inspiração ou porta de entrada para outras empresas que estão buscando fortalecer suas ações na Amazônia. Assim, agrupamentos de ações-caminhos são mencionadas na próxima seção deste relatório - que traça um panorama geral da atuação desenvolvida pelos associados do CEBDS, bem como de movimentos coletivos do setor privado com alto potencial de influência em cadeias relevantes para a região.

Foram também identificados alguns casos para receber destaque e análise individual no estudo, os quais foram selecionados de acordo com os seguintes critérios:

Critérios aplicados para seleção dos estudos de caso:

Temas prioritários:

alinhamento a ao menos um dos sete temas prioritários definidos pela CEBDS em sua Agenda Amazônia citados acima

Territorialidade:

os casos precisam estar localizados na Amazônia Legal, independente das operações da empresa serem baseadas na região ou não

Recorte temporal:

ações iniciadas há, no máximo, cinco anos - foco em divulgar iniciativas mais recentes, destacando seu potencial de impacto (ainda que isso implique em resultados menos amadurecidos)

Envolvimento da empresa:

a empresa membro do CEBDS precisa estar envolvida na execução do projeto. Ações financiadas apenas por suas fundações ou institutos não foram selecionadas para aprofundamento

Dados públicos:

disponibilidade de dados públicos que permitisse compreensão e justificasse aprofundamento do caso, dadas as fontes de pesquisa utilizadas na primeira fase do estudo

Inovação:

foi dada especial atenção para casos que utilizam ou fomentam inovação tecnológica e/ou metodológica em sua abordagem

Ação coletiva:

prioridade para casos em que existe amplo espaço para participação efetiva da comunidade local, organizações sociais, poder público, academia, etc

Alto impacto:

considerou-se geração e extensão do impacto socioambiental positivo dos casos, em especial se promovem benefício coletivo que supere a própria empresa e sua cadeia

Diversidade:

entre empresas e setores associados ao CEBDS, assim como as múltiplas categorias, temáticas prioritárias e localidades

Metodologia

Chegamos então a um recorte de casos que cumpriam com os critérios listados acima e que foram convidados para uma fase de entrevistas individuais, com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre a mecânica e funcionamento de cada iniciativa. As entrevistas buscaram entender dos casos seu **potencial de replicabilidade e escalabilidade, aprendizados úteis a todo o ecossistema/setor, e conexão com necessidades do território**. O processo permitiu-nos acessar diferentes dimensões de análise, narrativa e entendimentos sobre a criação, implementação, resultados e aprendizados, e subsidiou o aprofundamento dos 11 casos descritos na seção 3.

Vale salientar que a seleção dos casos de destaque não reflete um ranking nem se propõe a validar sob qualquer aspecto os projetos identificados. A intenção foi lançar luz sobre iniciativas que possam servir como exemplo, inspiração e *“call to action”* para cooperação com outras empresas e atores.

Critérios aplicados para seleção dos estudos de caso:



Metodologia

Em paralelo ao mapeamento, definição de critérios e aprofundamento dos casos de estudo, entrevistamos também alguns especialistas em temas transversais. O objetivo dessas conversas - longe de discutir ou endossar qualquer caso específico - foi colher percepções sobre os desafios e oportunidades existentes para atrair o setor privado e contribuir com o desenvolvimento sustentável da região.

Os entrevistados foram:

Denis Minev | diretor-presidente da rede varejista Bemol | economista formado pela Universidade Stanford | Young Global Leader do Fórum Econômico Mundial | conselheiro de diversas organizações não governamentais e fundações de relevância na região | referência em empreendedorismo e investimento de impacto na Amazônia

Natalie Unterstell | presidente do Instituto Talanoa | mestre em administração pública pela Universidade de Harvard | experiência em desenvolvimento de políticas públicas para adaptação à mudança do clima a nível federal e estadual | membra do painel de acreditação do Green Climate Fund | referência em políticas públicas, desenvolvimento de baixo carbono e mudanças climáticas

Patricia Gomes | secretária executiva adjunta do Imaflora | mestre em manejo de florestas tropicais pela Universidade Federal de Viçosa | gestora e articuladora da rede Origens Brasil | referência em implementação de sistemas de certificação socioambiental e de rastreabilidade para produtos extrativistas de pequenos produtores, populações tradicionais e povos indígenas na Amazônia


Gabriel Lui | coordenador de portfólio de Uso da Terra e Sistemas Alimentares do Instituto Clima e Sociedade (ICS) | doutor em Ecologia Aplicada pela USP | larga experiência no ICMBio e Ministério do Meio Ambiente | atuou no desenvolvimento e implementação de algumas das principais políticas relacionadas ao uso da terra do país, como o Novo Código Florestal, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a NDC brasileira | referência em desenvolvimento rural sustentável e controle do desmatamento

Jorge Hargrave | diretor executivo do Maraé Investimentos | mestre em economia pela Universidade Freiburg | foi pesquisador no IPEA e diretor da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade no Ministério da Economia | Liderou o tema de sustentabilidade no Boston Consulting Group (BCG) e é referência em políticas públicas e economia ambiental



2

Caminhos já consolidados



Uma vista geral da atuação socioambiental das associadas CEBDS na Amazônia - composta, neste caso, por um universo de 143 iniciativas mapeadas - aponta para algumas estratégias e abordagens já consolidadas ao longo dos últimos anos, percorrendo o caminho através do qual o setor privado tem gerado impacto positivo na Amazônia.

Se tratam de esforços de adequação das próprias operações - ou, dando um passo à frente, de suas cadeias de fornecedores - às exigências legais, morais e climáticas da atualidade. Muitas vezes não se caracterizam como ações finalísticas, mas meios para reduzir impactos negativos, aumentar investimentos catalisadores, parcerias setoriais e multissetoriais, assumir publicamente o compromisso de usar seu peso para direcionar a bússola para um futuro mais sustentável.

Iniciativas assim têm um papel fundamental no fortalecimento de um padrão de atuação do setor privado mais responsável e transparente, e de modelos econômicos mais compatíveis com a preservação do meio ambiente.

Antes de mergulhar na análise dos casos individuais vale conhecer aqui as principais tendências e oportunidades de atuação das empresas para os próximos anos.



“É chave encontrarmos formas de criar valor a partir do uso sustentável do capital natural da Amazônia. O caminho para uma Amazônia próspera e conservada no futuro passa necessariamente por isso. O envolvimento de um setor privado sustentável e atuante na região é caminho fundamental para a conservação da Amazônia”

- Jorge Hargrave



“Frente a emergências como as mudanças climáticas, a pobreza e a fome, o setor empresarial precisa se colocar num papel muito além apenas da mitigação. É preciso olhar para seus próprios negócios e desenhar suas cadeias na lógica do valor compartilhado, colocando a floresta e as pessoas que nela vivem como um pilar central”

- Patricia Gomes

Metas de descarbonização

Uma tendência presente na maioria das empresas avaliadas é a definição de metas de redução de emissões e descarbonização - primeiro em suas próprias operações, depois em suas cadeias. Em um contexto de crise climática cada vez mais iminente, é absolutamente fundamental que todos os *stakeholders* se responsabilizem por sua pegada e tracem estratégias diversificadas para reduzir emissões e mitigar impactos - e a publicação destas metas pelas empresas ajuda a reforçar e dar transparência a seu compromisso público.

O esforço tem necessariamente de ir além do próprio negócio, e se conectar com a Amazônia (afinal, é do uso da terra, do desmatamento e da agropecuária que vêm 70% das emissões de carbono no país). Geralmente começa com a busca interna por eficiência energética e no uso da terra (aumento da produtividade), por exemplo - o que exige aporte de recursos e tecnologia iniciais, além de mudança de cultura e procedimentos, mas tende a gerar redução de custos operacionais rapidamente, e redução direta de emissões de escopo 1 e 2³.

Diversas estratégias podem auxiliar a mudança interna das empresas neste sentido, como: vincular metas a bônus e variáveis dos executivos; programas de inovação aberta focados em sustentabilidade que buscam e aceleram startups com propostas de soluções de negócio que ajudem no cumprimento de metas ESG da empresa, como a **Aceleradora 100+**, da **Ambev**; programas internos de precificação de carbono, como os desenvolvidos pela **Neoenergia** e a **Siemens**.

Neste tipo de programa, todas as atividades da empresa são mapeadas a fim de calcular sua pegada de carbono, e os resultados são convertidos em valores financeiros que compõem um fundo para o desenvolvimento de programas internos de neutralização de carbono. Acaba funcionando como um orçamento que vincula determinado montante necessariamente a investimentos que apoiem a descarbonização das operações internas da empresa.

Green Bonds, ou “títulos verdes”, também funcionam na mesma lógica de dinheiro “carimbado”. São papéis que representam a dívida de uma empresa ou governo, mas emitidos especificamente para financiar ações e projetos que estejam ligados a ações com impacto ou benefício ambiental. Dentre as empresas mapeadas, três delas vêm atuando por meio deste mecanismo: **BRF**, **FS Bioenergia** e **Rumo Logística**, que vêm investindo em ações que geram benefícios climáticos, como eficiência energética no transporte ferroviário, produção de biocombustíveis, gestão de recursos hídricos e resíduos, entre outros.



“Ter metas é o mínimo que todos precisam fazer. Isso vem inclusive por pressão de mercado, e cabe no portfólio da empresa. Não necessariamente uma meta net zero em 2030 vai salvar a Amazônia, mas existe sim um efeito indutor em multiplicar compromissos dentro do setor. E é preciso também olhar para o escopo 3, ou os resultados vão esbarrar nos gargalos estruturais da região, como barcos a diesel, por exemplo”

- Natalie Unterstell

³ O GHG Protocol (Greenhouse Gas Control) classifica emissões em escopos 1, 2 e 3 - sendo as duas primeiras obrigatórias para as empresas que aderem à medição. O Escopo 1 refere-se às emissões liberadas para a atmosfera como resultado direto das operações da própria empresa, somando todos os combustíveis que produzem emissões de gases de efeito estufa, inclusive de veículos pertencentes ou controlados pela empresa. Já o escopo 2 trata de emissões indiretas provenientes da energia elétrica adquirida para uso da própria companhia, ou seja, seu consumo de eletricidade, vapor, calor e refrigeração entram aqui.

Metas de descarbonização

A discussão sobre a responsabilidade das empresas no contexto de metas climáticas e processos de descarbonização vem avançando cada vez mais para as emissões de escopo 3, que ocorrem na cadeia de valor da empresa. Ainda que o escopo 3 não seja obrigatório, para muitas empresas a maior parte das emissões de gases de efeito estufa e oportunidades de redução de custos estão fora de suas operações. Avançam-se, assim, casos em que empresas se propõem a apoiar seus fornecedores na identificação de suas pegadas de carbono equivalente e de caminhos para reduzi-la.

Dentre estes exemplos podemos citar a **Vale**, que tem uma meta de reduzir em 15% as emissões líquidas de escopo 3, relativas à sua cadeia de fornecedores e clientes, até 2035. A **Suzano** também trabalha com um programa de descarbonização de sua cadeia produtiva, que apoiará seus fornecedores diretos a mensurar e reportar suas emissões e impactos ambientais.

A **Schneider Electric**, por sua vez, vem trabalhando para zerar as emissões em sua cadeia produtiva através do **Zero Carbon Project**, que visa reduzir as emissões de seus fornecedores por meio de capacitações, treinamentos e implementação de boas práticas. Além do trabalho interno, o programa se desdobrou em uma consultoria global, para apoiar outras empresas que busquem reduzir suas emissões.

Já para a parcela de emissões residuais, as empresas costumam considerar o caminho da compensação de emissões via compra de créditos de carbono. Identificamos na primeira fase do mapeamento empresas que se valem desta estratégia com foco e preferência por créditos gerados por projetos de REDD+ (redução de emissões por

desmatamento e degradação florestal) na Amazônia.

Muitas vezes, estes créditos são comprados de empresas como a **Biofílica**, ONGs como **Idesam**, e outros - especialmente dentro da **Aliança NBS⁴** - que atua diretamente no desenho e desenvolvimento de projetos desta natureza. É o caso de empresas como **Ambipar**, **EcoRodovias**, **Ipiranga**, **Santander**, **Telefônica** e **Ticket Log**, que usam esses créditos como compensação própria e também oferecem a seus clientes a possibilidade de compensarem suas emissões.

Outra iniciativa colaborativa neste sentido é o **Programa Compromisso com o Clima**, desenvolvido pelo Instituto Ekos Brasil, que conta com o apoio de empresas como **Natura** e **Itaú**. O propósito do Programa é engajar o setor privado em ações de responsabilidade climática, fazendo com que empresas interessadas possam comprar créditos de projetos já verificados para compensar suas emissões.

Além da compra via projetos de terceiros, empresas como **Bayer**, **Natura** e **Yara** estão desenvolvendo seus próprios projetos junto a seus parceiros, fornecedores e produtores rurais. Esta última desenvolveu o **Agoro Carbon Alliance**, voltado à a capacitação de fornecedores para sequestrar carbono do solo e reduzir emissões de campo, gerando créditos de carbono agrícolas certificados. A venda de créditos se configura como frente de receita adicional aos agricultores com ações climáticas positivas, e ajuda a empresa a descarbonizar sua cadeia.

⁴ <https://nbsbrazilalliance.org/>

Políticas corporativas

As políticas corporativas são aqui entendidas como parte do arcabouço normativo de uma empresa, norteando seu funcionamento em torno de diretrizes, procedimentos e objetivos. O pressuposto básico é de que devem ser transversais, seguidas por todos na organização, conectando áreas operacionais com as áreas decisórias, sob a chancela da alta liderança - para que sejam efetivas no balizamento de tomada de decisões e no planejamento estratégico de longo prazo.

O desenho, divulgação e implementação de diretrizes normativas ligadas a pautas de ESG - que, no caso das empresas mapeadas, encontramos mais comumente sob: “política de compras”, “política de sustentabilidade” e, menos frequentemente, de “florestas” ou “biodiversidade” - sinaliza para um compromisso público institucional com as pautas.

As políticas de compras refletem, usualmente, diretrizes internas de gestão de riscos, avaliação de fornecedores, critérios para compras e contratações, determinação de prazos e formas de pagamento, etc. Mas, especialmente nos casos de cadeias tradicionalmente ligadas a maior incidência de desmatamento, como pecuária e soja, passam a incluir ainda preocupações específicas com origem da produção, a fim de identificar fornecedores que não estejam em conformidade com a legislação, cuja produção envolva trabalho infantil ou seja vetor de desmatamento ou invasão de terras indígenas e unidades de conservação, por exemplo.

Pode-se argumentar que a existência desse tipo de política hoje é exigência mínima de mercado, e que não necessariamente se traduz em ação. Para responder a estas críticas, cabe às empresas criar *frameworks* para implementá-las, garantir que as diretrizes estabelecidas sejam integradas ao seu DNA e processos decisórios de forma robusta e transversal - que não seja um documento de boas intenções, mas sim o pano de fundo e a base para toda a atuação empresarial.

Uma política efetiva tem necessariamente de mobilizar instrumentos de fiscalização e monitoramento, ou já nasce letra morta. E, nos casos em que se identificam desvios e não-conformidade, deve então determinar claramente os encaminhamentos cabíveis - seja responsabilização na esfera jurídica, bloqueio de fornecedores em não-conformidade, apoio técnico para sua readequação, etc.

Há ainda a questão da transparência. Se a política corporativa é, como dissemos, a afirmação de um compromisso público, urge que as empresas criem e consolidem instrumentos para permitir o acompanhamento e monitoramento público de seus usos e efetividade.



“Na Amazônia não existem narrativas fáceis. Os problemas e as realidades são complexas e as empresas precisam compreender, com profundidade, a realidade dos locais onde operam. E, assim, encontrar como é possível, principalmente dentro das suas próprias operações, gerar impacto positivo e duradouro.”

- Denis Minev

Sistemas de rastreabilidade

Muitas empresas têm desenvolvido sistemas de rastreabilidade da cadeia produtiva - especialmente daquelas ligadas à *commodities* e uso do solo, como cacau, soja, madeira e pecuária. Estes sistemas são complementares às políticas internas de compras e sustentabilidade mencionadas acima, e se provam fundamentais para viabilizar sua efetivação, pois permitem monitoramento e verificação da legalidade de propriedades rurais e da origem da produção, por exemplo.

Ter um sistema de rastreabilidade é mais um passo importante no processo de inibição de práticas ilegais e predatórias ao longo da cadeia. No entanto, especialistas reforçam que sistemas transparentes, com comunicação aberta dos dados e possibilidade de verificação de terceiros, são essenciais para sua credibilidade.



“É preciso que sistemas de verificação sejam *multi-stakeholders*, porque transparência é chave. Há que pensar em como criar sistemas confiáveis ouvindo diferentes atores, com monitoramento independente da empresa, e onde publicizar”

- Patricia Gomes

Estratégias como a contratação de certificações/ selos de reputação reconhecidos (como o **Origens Brasil**), cruzamento com bancos de dados públicos e confiáveis (à exemplo do **MapBiomass** e **TerraBrasilis**, do **INPE**) e desenvolvimento de sistemas coletivos são diferentes possibilidades que reforçam responsabilidade e credibilidade no setor.

O sistema **Boi Na Linha**⁵, por exemplo, foi desenvolvido de forma colaborativa entre grandes empresas do setor de pecuária, varejistas e indústrias, além de contar com parcerias com instituições da sociedade civil, empresas de tecnologia e o **Ministério Público Federal**. A plataforma visa divulgar e dar transparência aos compromissos assumidos pelo setor, aos protocolos de monitoramento e auditoria, bem como aos resultados das auditorias e o status dos compromissos assumidos.



“Do ponto de vista individual, rastreabilidade e transparência são os maiores desafios de quem opera na Amazônia. A única forma de operar e mitigar riscos de operação é ser ultra transparente, trabalhar em conjunto e integrar o sistema de rastreabilidade entre os players. Isso envolve também trazer ONGs, comunidades e governo para perto, estar bem ancorado na região.”

- Jorge Hargrave

⁵ <https://www.boinalinha.org/>

Apoio na capacitação e adequação ambiental de fornecedores

Fomentar negócios locais e fortalecer produtores locais ligados às cadeias de fornecimento das empresas é um dos desafios e dos movimentos adotados por muitas das empresas mapeadas. Neste sentido, empresas ligadas a cadeias produtivas da região amazônica vêm desenvolvendo uma série de ações voltadas à adequação ambiental de seus fornecedores - via assistência técnica e capacitação em boas práticas produtivas, consultoria jurídica para adequação ao código florestal, certificações que abrem acesso diferenciado a mercados, etc. A ideia é aproveitar recursos e expertise das empresas para ajudar suas cadeias a melhorar suas práticas de produção/cultivo, atender padrões de qualidade e políticas corporativas, e evitar riscos com a não-conformidade legal.

Com o objetivo de auxiliar os pecuaristas do bioma Amazônia inseridos em sua cadeia a atender às suas exigências socioambientais até o final de 2025, a **JBS** abriu o que chama de **Escritórios Verdes** em unidades de processamento de diferentes regiões-chave para a criação de gado. O serviço, extensão da **Plataforma Pecuária Transparente**, oferece suporte gratuito para produtores que possuem restrições ambientais, visando a regularização ambiental de suas propriedades.

A **Marfrig** lançou, em 2020, o plano **Marfrig Verde+**, em parceria com a **IDH - Iniciativa para o Comércio Sustentável**, com metas de rastreamento e controle da origem de suas compras e fornecedores, buscando atingir a total rastreabilidade da cadeia de fornecimento da empresa na Amazônia até 2025. Além da rastreabilidade, trabalha em dois outros pilares: assistência técnica e desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores, voltados a apoiar seus fornecedores a se adequarem ambientalmente, implementarem boas práticas produtivas e avançarem em critérios ESG.

A **Nestlé** conduz há mais de 10 anos um programa de sustentabilidade para sua cadeia do cacau, com ênfase na produtividade e rentabilidade das lavouras, o atendimento a critérios de qualidade e a conformidade social e ambiental dos fornecedores. Produtores e cooperativas recebem treinamentos em boas práticas agrícolas e recomendações para adequação. Sua produção - pautada por um código de conduta e monitorada por visitas-inspeções com equipe própria, auditoria independente e geomonitoramento - é então comprada com a certificação **Nestlé Cocoa Plan**.

Iniciativas desta natureza são benéficas para os produtores, que recebem apoio para sua adequação, mas também para as próprias empresas, que evitam bloqueios de fornecedores e um consequente impacto no fornecimento de insumos, além de risco de imagem na associação com ilegalidades. A adesão a esse tipo de programa pode ajudar toda a cadeia na medida em que permite uma melhor precificação/ remuneração da produção. Da mesma forma que os sistemas de monitoramento e rastreabilidade, no entanto, é fundamental garantir um processo aberto e transparente, especialmente no que se refere à adequação ambiental e status legal das áreas produtivas.

“Assumir compromissos é uma parte fundamental do processo. No entanto, é preciso que haja transparência e a participação de outros atores, para que haja confiabilidade nos resultados”

- Gabriel Lui

Serviços Financeiros

Os bancos e instituições financeiras são um setor com crucial capacidade de contribuir direta e indiretamente para um desenvolvimento mais sustentável da região, principalmente por seu peso na decisão de quais atores, negócios e ideias acessam recursos para se viabilizar.

Aqui, os intermediários financeiros são chamados a examinar a adequação de seus modelos de negócio à região amazônica (especialmente fora dos grandes centros urbanos) - associada à falta de bancarização e de educação financeira, ao gargalo de acesso a crédito a pequenos produtores, ao caos fundiário e a desafios logísticos de acesso.

As instituições financeiras mapeadas neste estudo - **Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil, BNDES e BNP Paribas** - demonstram movimento nesse sentido com desenho de ações específicas para a Amazônia, como microcrédito, financiamento associado a assistência técnica para produtores e inserção de agências em regiões remotas (via agências-barco que circulam por áreas de difícil acesso, ou baseadas em unidades de conservação no interior, por exemplo).

Além das “personalizações regionais”, os bancos têm definido políticas internas e critérios condicionais de acesso a serviços - com base no entendimento de sua responsabilidade e oportunidade de coibir ou desestimular práticas ilegais junto a clientes do varejo ou do financiamento do setor empresarial e suas cadeias. O desmatamento e outras práticas predatórias em grande escala, afinal, não acontecem num vácuo de serviços financeiros e crédito, mas se beneficiam deles para custear suas operações - daí a necessidade de que o setor use seu peso para privilegiar rumos diferentes.

Dentre as ações mencionadas pelo setor para reforçar esse compromisso, podemos citar análise de risco socioambiental, restrição de serviços ou produtos financeiros a

empresas a depender de seus compromissos e estratégias de desmatamento zero, o não-financiamento de clientes que produzam ou comprem carne bovina ou soja de terras ilegalmente desmatadas ou em não-conformidade socioambiental, e a exigência de rastreabilidade das origens destas cadeias.

Na agenda positiva, vale destacar a recente adoção de critérios de impacto socioambiental, e não só retorno financeiro esperado, em portfólios de investimento. O espaço cresce por todos os lados, de bancos a fundos de investimento de impacto como **Mov, Mirova/ABF, AMAZ**, entre outros, a pessoas físicas que hoje encontram alternativas para investir alinhadas a seus valores - como a **Plataforma de Empréstimo Coletivo** da **Sitawi**, com uma frente específica para a economia da floresta amazônica⁶.

Os bancos vêm trabalhando produtos e linhas de financiamento específicas para fortalecer uma economia de baixo carbono, metas carbono zero e outras pautas ligadas ao tema de ESG, de maneira a fomentar investimentos desta natureza. Isso pode acontecer em diversas escalas, inclusive de apoio direto ao consumidor final - com linhas de crédito para comprar painéis solares (**Santander**) ou apoio financeiro a pequenos e médios produtores rurais para adoção de tecnologias de baixo carbono (**Banco do Brasil**).

Em outra escala, um exemplo bastante consolidado da diferença de longo prazo que um banco pode fazer no ecossistema é a participação do **Bradesco** na criação da **Fundação Amazônia Sustentável** (FAS), em 2008, em parceria com o governo do estado do Amazonas. O banco fez uma doação no valor de R\$50 milhões para o *endowment fund* da Fundação - que ao longo dos anos se tornou uma das mais relevante organizações socioambientais no estado, protagonizando investimento em ações transformadoras como o **Bolsa Floresta**, o primeiro programa de pagamento por serviços ambientais em Unidades de Conservação na Amazônia.

⁶ <https://sitawi.caprate.com.br/amazonia>



Serviços Financeiros

O **Itaú** e o **Santander** também têm ações de apoio à iniciativas na Amazônia, como ações de capacitação, eventos e conferências voltados a discutir temas prioritários - particularmente mudanças climáticas e desmatamento - e apoio financeiro a instituições que operam na região. O **Itaú** é também parceiro da iniciativa **Project Carbon**, um piloto de mercado de carbono voluntário lançado em 2021 e orquestrado com outras instituições financeiras internacionais para facilitar o acesso ao mercado de carbono voluntário com maior liquidez e a adoção de protocolos internacionais para projetos de compensação.

Já o **BNDES** é o responsável pela gestão do **Fundo Amazônia**, com as atribuições de captar recursos, contratar e monitorar os projetos e ações por ele apoiados. Além das ações do Fundo, o banco financia uma série de outros empreendimentos na região.

Pensando em potencializar resultados, especialistas destacam a importância de unir estes esforços individuais. Por exemplo: de políticas internas específicas e pulverizadas, para acordos setoriais mínimos em condicionantes de crédito; de responsabilidade e ônus individual de *due diligence*, para verificações via plataformas coletivas, transparentes e de acesso público, ou certificações acreditadas por terceiros.

Esse tipo de colaboração abre uma frente mais ampla e sólida para que o setor como um todo restrinja, de maneira significativa, o fluxo de recursos eventualmente canalizado para empresas que seguem operando com práticas ilegais e em não-conformidade com as políticas estabelecidas internamente.

> Plano Amazônia

Uma das principais iniciativas que refletem esse esforço do setor financeiro em agir coletivamente é o **Plano Amazônia**, lançado em junho de 2020 pelos três maiores bancos privados do país: **Itaú, Bradesco e Santander**. O Plano reconhece a importância da contribuição do setor financeiro para o desenvolvimento sustentável da região e estabelece medidas concretas que estes bancos se comprometem a adotar, conjuntamente, para garantir avanços.

Com o objetivo principal de atrair investimentos em infraestrutura e produção sustentáveis, bem como adoção de diligências para restringir investimentos em atividades ilegais e predatórias, o Plano ganha corpo com uma governança integrada entre os parceiros e um conselho de especialistas.

Quatro medidas são tidas como prioritárias dentre os compromissos traçados: controle do desmatamento no setor de pecuária; promoção da regularização fundiária; financiamento de culturas sustentáveis; e desenvolvimento da bioeconomia da região.

Dentre os avanços até aqui⁷, podemos citar o desenvolvimento de um documento que apresenta recomendações de boas práticas e uma lista de indicadores de performance (KPIs) de curto, médio e longo prazos, que auxiliará os bancos a acompanharem suas cadeias de crédito do setor de carnes. Visando o financiamento de culturas sustentáveis e da bioeconomia, foi definida uma meta de destinar no mínimo R\$100 milhões em crédito para cooperativas e agroindústria. Existem também estudos em andamento para mapear gargalos que dificultam o acesso de determinados produtos locais aos mercados internacionais, com recomendações práticas de como superá-los.

⁷ Fonte: <https://www.capitalreset.com/o-que-os-bancos-estao-fazendo-pela-amazonia/>

Investimento social privado, ESG e apoio a projetos socioambientais

Um dos pontos que se destacaram no mapeamento das iniciativas para este relatório foi a diversidade de caminhos e estratégias de financiamento e investimentos em projetos socioambientais e agendas de ESG. Aqui, pode-se pensar tanto estratégias para custeio de ações internas a uma empresa quanto modelos para transferência (voluntária ou condicionada) de recursos privados para comunidades e territórios.

No caso de repasse externo de recursos financeiros, uma empresa pode fazê-lo a uma comunidade por meio da própria relação econômica motivada pelo empreendimento em si - por exemplo, comprando insumos e recursos naturais de produtores locais. Pode também investir em projetos e iniciativas desenvolvidas junto a comunidades - tendo a contribuição dessas empresas como parte integrante de territórios e cadeias de valor, para a construção de uma visão compartilhada de desenvolvimento territorial de longo prazo.

Existem diferentes arranjos e modalidades para o repasse de recursos financeiros para projetos, que passam por transferência direta, doação, patrocínio, publicação de editais e chamadas públicas, projetos de responsabilidade social geralmente executados em parcerias com ONGs, fundos privados, institutos e fundações.

Recursos de filantropia e responsabilidade social empresarial muitas vezes são executados através da

criação de fundação, instituto ou fundo - um braço da empresa criado justamente para isso. Um fundo privado pode ser descrito como uma ferramenta de repasse financeiro e repartição de recursos de financiadores para os beneficiários, que podem ser voluntários ou compensatórios (em consonância com um TAC, Termo de Ajuste de Conduta, determinado pelo poder público, por exemplo).

No contexto específico deste estudo, foi possível notar que muitas empresas valem-se desses caminhos para o investimento em ações que fogem do seu *core business*, como estratégia jurídica e organizacional para agilidade, foco e eficiência.

Estas instituições podem atuar de maneira diversa. Algumas vinculam suas ações a temas específicos, tal como a **Fundação Itaú**, que apoia ações na área de educação e cultura, sem uma relação direta com serviços bancários/financeiros. Alternativamente, elas podem se conectar diretamente à área de atuação da empresa, financiando ações para fortalecer negócios ou iniciativas correlatas, ou para mitigar danos e impactos negativos oriundos de suas operações.

Dentre estes podemos citar o **Fundo Vale** (FV), que se define como um “fundo de fomento e investimento criado para gerar impacto socioambiental positivo, com propósito de potencializar uma economia mais

justa e inclusiva por meio de negócios de impacto socioambiental”. Criado em 2010 por sua mantenedora **Vale**, o FV se consolidou como um dos principais financiadores e fomentadores de negócios e iniciativas de impacto socioambiental na Amazônia. Além de financiar ações específicas de seu propósito e portfólio, o FV é também um dos braços que operacionalizam e executam muitas das ações socioambientais da Vale, desenvolvendo uma variedade de ações ligadas a compromissos voluntários e à geração de impacto socioambiental positivo (tais como a Meta Florestal 2030, descrita em mais detalhes na seção 3).

Outra iniciativa desta mesma natureza é o **Fundo JBS pela Amazônia**, criado em 2020 e que se dedica a fomentar e financiar iniciativas e projetos que visam o desenvolvimento sustentável do bioma Amazônia, focado na conservação e uso sustentável da floresta, melhoria da qualidade de vida da população local e o desenvolvimento científico e tecnológico. A pecuária é um dos setores com maiores impactos negativos na Amazônia, e o Fundo JBS vem atuando para fomentar negócios e iniciativas que ajudem a diminuir estes impactos e fomentar outras alternativas econômicas locais. O fundo é aberto para contribuições e parcerias de outros atores e receberá R\$250 milhões da **JBS** em seus primeiros cinco anos, para início das atividades e implantação das iniciativas aprovadas.

Investimento social privado, ESG e apoio a projetos socioambientais

Ainda que inúmeras ações desenvolvidas via fundos, fundações e institutos tenham um enorme impacto local com alta relevância neste contexto, vale salientar que estas não foram consideradas para a terceira seção deste estudo. Por opção metodológica, nosso recorte aprofunda nos casos liderados pelas próprias empresas, nos quais institutos e fundações entram apenas como parceiros ou na operacionalização.

Diferente da criação de uma estrutura específica de financiamento, como nos casos acima, outro caminho comumente adotado por empresas é o da **publicação de editais** - quando o ente privado lança uma chamada pública para o financiamento de projetos ou ações de acordo com seus interesses e regras pré-definidas.

Pode funcionar para atrair e selecionar propostas de organizações da sociedade civil e/ou movimentos sociais que a empresa queira contratar para executar um determinado projeto numa comunidade ou temática específica. A título de exemplo temos, dentre os membros do CEBDS, o **Edital Socioambiental** da **Elera**, que seleciona e apoia projetos que contribuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades vizinhas aos seus ativos.

Ou também o bastante conhecido **Programa Petrobras Socioambiental**, criado em 2013 e que já investiu mais de R\$1 bilhão em projetos socioambientais, em quatro eixos estratégicos/ prioritários: educação, desenvolvimento econômico sustentável, oceano e florestas.

Uma chamada pública pode, alternativamente a projetos, buscar negócios sociais nos quais investir. O interesse em fomentar o empreendedorismo e o ecossistema de negócios de impacto socioambiental positivo na Amazônia tem crescido entre empresas que enxergam este como um caminho para soluções sustentáveis.



“Ainda que caiba sim um componente filantrópico nos investimentos na Amazônia, porque o contexto tem muito risco, também deve-se olhar para o papel de desenvolvimento de negócios - estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade, da bioeconomia -, que tem muito espaço para caminhar. Os pequenos negócios podem ter um impacto importante quando olhamos para indicadores de território, e fomentam um cenário de inovação e desenvolvimento de capacidades locais.”

- Natalie Unterstell

Investimento social privado, ESG e apoio a projetos socioambientais

É nesse espírito que surgem, por exemplo, **programas de aceleração** voltados ao fortalecimento e desenvolvimento de novos negócios, tanto nas cadeias de valor em que as empresas operam quanto em outros contextos. Vale mencionar como exemplos os casos **Braskem Labs** e **Aceleradora 100+**. Ainda que com modelos de atuação diferentes entre si, ambos têm o objetivo de avançar em soluções inovadoras e fomentar o empreendedorismo e negócios de impacto, seja via mentoria, apoio técnico, conexão com o mercado, condução de pilotos e, eventualmente, apoio financeiro.

Outra iniciativa bastante emblemática é a **AMAZ Aceleradora de Impacto**, que foca em fomentar e fortalecer negócios amazônicos com alto impacto social e ambiental. Nascida como **Programa de Aceleração e Investimento de Impacto** da **Plataforma Parceiros pela Amazônia** e financiada inicialmente com recursos da USAID, a aceleradora ganhou corpo próprio, reconhecimento como o melhor programa de aceleração do norte do país, e hoje conta com nomes como **Fundo Vale, Fundo JBS, Instituto Clima e Sociedade (iCS), Instituto Humanize** e **Fundação Good Energies**, entre outros parceiros estratégicos.

Ainda, para empresas que não atuam diretamente na Amazônia mas têm parte de suas cadeias de valor na região, um passo inicial possível é a doação para projetos e iniciativas que estejam em andamento ou consolidadas. A nova parceria engrossa a iniciativa, de um lado, e de outro, para a empresa, pode ser um caminho interessante de entrada, espaço de experimentação e aprofundamento do entendimento das áreas prioritárias. Exemplos de apoios dessa natureza incluem **Zurich** e **AngloAmerican**, que não estão baseados na região mas ajudam a financiar projetos de impacto como o **Origens Brasil** e o **ARPA**.

Parcerias para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Outra tendência identificada no mapeamento é em relação a ações de PD&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Para grande parte das empresas mapeadas, especialmente aquelas implicadas em cadeias locais, muito da pesquisa está focada no desenvolvimento de novos produtos e novas tecnologias que considerem ativos da região - de novas aplicações daqueles mais conhecidos (como andiroba e copaíba), até a identificação de ativos menos explorados.

Este caminho deve ser o encontro da ciência e tecnologia com os saberes e produções tradicionais, que dominam os ativos e seus usos. É sabido que a valorização de mercado dessas cadeias, se alinhado ao conhecimento tradicional, com mecanismos apropriados de repartição de benefícios, pode ser uma forma de gerar desenvolvimento econômico inclusivo compatível com a floresta em pé.

O outro lado da parceria é a inclusão de universidades e institutos de pesquisa, sobretudo os amazônicos, no desenvolvimento de ações e projetos que gerem conhecimento e resultado para as próprias empresas, mas que também transformam esses resultados em conteúdo acadêmico público.

Como exemplos, temos empresas como a **Amaggi**, que abriu sua Fazenda Tanguro, de mais de 80 mil hectares, para receber pesquisadores e aprofundar o entendimento da integração da lavoura com a biodiversidade e as florestas.

A **Neoenergia** desenvolve ações de monitoramento da biodiversidade na região do entorno da Usina Hidrelétrica Teles Pires, em parcerias com **FAEP e Instituto LIFE**, e até já identificou novas espécies de primatas e orquídeas.

Desde 2010, a **Vale** mantém o **Instituto Tecnológico Vale (ITV)**, que tem em Belém (PA) foco em desenvolvimento sustentável. O ITV desenvolve soluções tecnológicas e científicas para os desafios da cadeia da mineração, enquanto fomenta a pesquisa científica, gera e compartilha conhecimentos - com milhares de publicações científicas, centenas de projetos P&D e pesquisadores apoiados, além de cursos de mestrado profissional e capacitação técnica em desenvolvimento sustentável e mineração.

Outra iniciativa empresarial ligada à P&D que merece destaque é o Programa Prioritário em Bioeconomia (PPBio)⁸, coordenado pelo **Idesam**, que atualmente é a maior iniciativa do país com investimentos em pesquisa e desenvolvimento na área de bioeconomia. O programa adotou uma estratégia de diversificar e impulsionar investimentos no contexto da política de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, focando em soluções para a exploração econômica sustentável da biodiversidade, diversificando as atividades produtivas da Amazônia e mantendo o protagonismo do setor privado que atua e opera na região.

⁸ <https://bioeconomia.org.br/>

Investimentos em ações estruturantes



“Quando se fala em *‘unlock the potential’* de uma região, penso imediatamente em ações estruturantes, que criam condições de contorno replicáveis (como uma região com mão de obra qualificada, acesso a logística ou conexão à internet, por exemplo). Isso potencializa o empreendedorismo e permite sair de uma lógica de projeto a projeto, que depende muito de uma capacidade de direcionamento específico a um tema e território, que é limitada. A resolução desse tipo de entrave estrutural abre uma visão de prosperidade mais ampla”

- Jorge Hargrave

Ações estruturantes básicas - como transporte, energia e acesso à internet - são necessidades fundamentais e que vão além apenas do contexto das iniciativas identificadas neste estudo. É preciso considerar também a criação de condições para que pequenos negócios locais possam surgir e operar em condições básicas, sem que haja uma dependência considerável de projetos de grandes empresas.

Em muitos casos, inclusive em diversos dos que foram aqui mapeados, as grandes empresas acabam desenvolvendo ações e iniciativas que tenham relação, direta ou indireta, com a natureza de suas operações. No entanto, expandir esse olhar e entender como essas empresas também podem contribuir de forma mais ampla em gargalos estruturais é fundamental para que possamos avançar nas necessidades básicas da região e efetivamente criar um ambiente onde novos negócios locais possam surgir, tendo as grandes empresas como parte de uma engrenagem maior.

Empresas de energia por vezes desenvolvem projetos de pesquisa voltados ao desenvolvimento de novas tecnologias e modelos de implantação de energia solar em comunidades remotas. A **Schneider**, por exemplo, desenvolve, há mais de dez anos o **Villa Smart**, que implantou energia solar em comunidades ribeirinhas no Amazonas, impactando diretamente a qualidade de vida das populações locais. O projeto foi realizado em parceria com a **Fundação Amazonas Sustentável** e teve um impacto direto nas horas de energia disponíveis às comunidades, redução de emissões, custo por família, além de capacitar e desenvolver tecnicamente equipes locais.

Respostas a esse tipo de gargalo estruturante por vezes surgem localmente via startups com propostas para viabilizar projetos de restauração florestal (**Belterra**) ou logística fluvial complexa (**NavegAM**), por exemplo. Fomentar esse tipo de solução é um caminho para o setor privado valorizar e escalar soluções locais.



“Destaco a importância de investimentos e iniciativas que vão dar autonomia para a região, como o fomento a pequenos negócios que proponham soluções de mercado a problemas locais, capazes de ganhar escala no futuro sem dependência da empresa investidora”

- Denis Minev

Atuação conjunta com parceiros locais



“É essencial conhecer o ambiente onde se está chegando, entender desafios e atores, e trabalhar coletivamente com esses atores locais que conhecem profundamente as dificuldades e demandas da região”

- Patricia Gomes



“Há que fugir de uma visão colonialista, que perdura tanto no Estado quanto no setor privado, de “salvar” a Amazônia com sua grande e maravilhosa solução externa”.

- Natalie Unterstell

Ponto pacífico entre especialistas é que quaisquer iniciativas de sucesso na região têm necessariamente de ancorar sua atuação em instituições locais com forte presença na região.

ONGs locais, movimentos sociais de base, lideranças comunitárias, empreendedores sociais, governos municipais e etc, detêm maior conhecimento da realidade e dos desafios da região, têm articulação e interlocução com beneficiários finais como comunidades e populações indígenas, e são elos cruciais entre as empresas e o campo. Além disso, por vezes personificam os saberes e expertises do território que não podem ser ignorados na construção de soluções efetivas.

A maioria dos projetos identificados nas duas fases do mapeamento é desenhada e implementada junto a instituições locais. Algumas das empresas entrevistadas mencionaram que o primeiro passo, antes mesmo de partir para a fase de desenho das ações pretendidas, foi ouvir as demandas do território e mapear as oportunidades locais, de forma a garantir que qualquer ação desenvolvida virá de encontro ao que já existe ou urge existir no local.

Reconhecer a existência de um sistema, atores e relações num território - em oposição a um vazio que se quer preencher com boas intenções - foi um aprendizado conquistado a duras penas após séculos de prevalência de ciclos predatórios no modelo boom-colapso impostos à região Amazônica por poderes decisórios externos. Em 2022, urge que o setor privado, como uma das forças propulsoras da economia, contribua para a criação e promoção de oportunidades de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Para isso, é preciso que a empresa tenha um olhar de desenvolvimento e fortalecimento das instituições locais. Fortalecer e estruturar cadeias e fomentar um ambiente de negócios locais que sejam parceiros, mas não dependentes da existência perene de grandes empresas, é deixar um legado que gera impactos além daqueles pretendidos com projetos específicos.

Participação em redes e espaços de diálogo e articulação

Uma das primeiras percepções que salta à vista é a crescente aderência a redes e movimentos setoriais (ou multissetoriais). Além do próprio **CEBDS**, ao qual todas as empresas aqui mencionadas são associadas, uma parcela significativa participa de articulações coletivas amplas, como o **Movimento Empresarial pela Amazônia, Uma Concertação pela Amazônia, Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura**. Há também movimentos específicos a recortes setoriais ou temáticos: **Mesa Redonda da Soja** (RTRS) e **Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável**, por exemplo⁹

Algumas destas propõem-se como espaço de ação coletiva efetiva no campo, com co-investimento e implementação conjunta de projetos, tal como a **Plataforma Parceiros pela Amazônia** (PPA), ou servem como importantes espaços de troca de experiências e aprendizados, e consolidação do conhecimento, como o próprio CEBDS e o Instituto Ethos, por meio da **Conferência Ethos**.

A maioria, embora não vá tão longe, tem tido um papel simbólico na unificação e fortalecimento do posicionamento público do setor privado em favor de pautas como o combate ao desmatamento, da cobrança por ação pública, e mesmo como a voz de compromissos assumidos pelo próprio setor. Vide, por exemplo, o **Comunicado do Setor Empresarial Brasileiro**¹⁰, carta-manifesto assinada por dezenas de CEOs de empresas, grupos e entidades setoriais e enviada em 2020 ao presidente do **Conselho Nacional da Amazônia Legal** (o vice-presidente Hamilton Mourão) expressando preocupação com o impacto nos negócios da percepção internacional negativa do Brasil em relação às questões socioambientais na Amazônia.



⁹ As redes, movimentos e plataformas coletivas que apareceram no mapeamento foram: Call for Action - Business for Nature, CDP - Carbon Disclosure Program, Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, Compromisso Público da Pecuária (CPP), Concertação pela Amazônia, ICMM (International Council for Mining & Metals), Instituto Ethos, Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO), Global Cement and Concrete Association (GCCA), Moratória da Soja, Movimento Amazônia Possível, Net-Zero Banking Alliance (NZBA), Pacto Global da ONU, Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), Selo Verde, União para o Biocomércio Ético (UEBT - The Union for Ethical BioTrade)

¹⁰ <https://cebds.org/wp-content/uploads/2020/07/cebds.org-comunicado-do-setor-empresarial-brasileiro-cebds.org-movimento-empresarial-pela-amazonia-comunicado-setor-amazonia-v7.pdf>

Ações de enfrentamento à COVID-19

Durante os anos de 2020 e 2021, muitas empresas acabaram redirecionando recursos e esforços diversos para o enfrentamento à pandemia de COVID-19. A maioria focou em apoio emergencial como doação de máscaras, produtos de higiene, testes, respiradores e oxigênio. Algumas empresas, para além disso, criaram ou apoiaram iniciativas de recuperação econômica, garantia de qualidade de vida a comunidades e pequenos negócios desproporcionalmente afetados pela crise.

Embora não tenhamos identificado casos perfeitamente aplicáveis ao tema prioritário 7 do CEBDS (pacotes de incentivos para a recuperação econômica dos efeitos da pandemia da COVID-19 condicionada a uma economia circular e de baixo carbono) dentro dos critérios de seleção dos cases para aprofundamento, há muitos esforços que vale a pena mencionar.

O Projeto “**Juruti Contra a Covid19**”, do **Instituto Juruti Sustentável** (IJUS), apoiado pela Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (**USAID**), **Alcoa Foundation** e **Cooperativa da Agricultura Familiar de Juruti** (Cooafajur), trabalhou em frentes de informação, capacitação, segurança alimentar, equipamentos hospitalares, geração de renda, apoio à retomada da agricultura familiar, entre outras atividades.

A **Eneva** contratou costureiras locais e disponibilizou matéria-prima para produção de máscaras e jalecos para profissionais da saúde, colaboradores e comunidades nos estados do Maranhão e Amazonas, dentro do escopo do **Costurando para o Bem**.

Schneider Electric, através do **Tomorrow Rising Fund**, arrecadou quase R\$90.000 para a **Aliança COVID Amazônia dos Povos Indígenas e Populações Tradicionais e Organizações Parceiras para o Enfrentamento do Coronavírus**, coordenada pela **FAS** – Fundação Amazonas Sustentável e apoiada por numerosos parceiros, entre instituições públicas, privadas e comunitárias, empresas e prefeituras. Os recursos arrecadados foram utilizados para produtos de alimentação, higiene e saúde e conscientização da população para o combate à pandemia.

O programa **Sacramenta Socioambiental**, da **Suzano**, é um caso que sofreu adaptações de foco no contexto da pandemia. Desenhado para fortalecer o relacionamento entre a empresa e as comunidades vizinhas à sua unidade de processamento em Belém (PA), no bairro da Sacramenta, suas ações são voltadas à melhoria da qualidade de vida da população local e são desenvolvidas em temáticas sociais e ambientais em articulação com pessoas e organizações do território. Em 2020, o projeto adaptou-se para apoiar o combate ao vírus através de auxílio social, de saúde e comunicação popular voltados ao enfrentamento da pandemia.

Em resposta às dificuldades econômicas provocadas pela pandemia nos pequenos negócios - sobretudo os que dependem dos produtos da sociobiodiversidade e da agricultura familiar - o **Fundo Vale**, em parceria com o **Instituto Conexsus**, lançou um **Plano de Resposta Socioambiental** e uma **Linha de Crédito Emergencial**. Além do empréstimo, associações e cooperativas tiveram acesso a serviços para fortalecimento da

gestão, consultoria legal, capacitações em marketing e comercialização e serviços para facilitar o acesso ao mercado. Até dezembro de 2020, foram disponibilizados US\$1,2 milhão em recursos para 82 associações e cooperativas, beneficiando 10,5 mil produtores rurais e extrativistas, em aproximadamente 32,6 mil hectares, um terço destes na Amazônia Legal.

Se as ações de combate à pandemia do setor privado nos mostraram algo, é que distâncias conseguimos percorrer com a mobilização concentrada de esforços frente a tamanha crise e comoção. Empresas interromperam parte de suas operações fabris para produzir álcool gel, doaram milhões em itens de saúde e higiene que não faziam parte de seus portfólios, produziram campanhas de comunicação e conscientização em massa, ofereceram crédito emergencial, capacitação a agricultores desproporcionalmente afetados, etc. Isso mostra o potencial que o setor privado tem de atuar rapidamente em necessidades urgentes e fazer parte da construção de soluções, o que reforça ainda mais a importância de sua participação em problemas críticos, inclusive ambientais.



3

Casebook

Combate inflexível e abrangente ao desmatamento ilegal na Amazônia e demais biomas brasileiros

Ybá: Conservação que Transforma | Juntos pelo extrativismo da borracha na Amazônia | PrevisIA | Meta Florestal

Inclusão social e econômica de comunidades locais para garantir a preservação das florestas

Acelerador de Agroflorestas e Restauração | Ybá: Conservação que Transforma | Vila Restauração | Juntos pelo extrativismo da borracha na Amazônia | Nós da Floresta | Programas Territoriais | Acelerando o Desenvolvimento

Minimização do impacto ambiental no uso dos recursos naturais

AgriHub | Acelerador de Agroflorestas e Restauração | Vila Restauração | Nós da Floresta | Acelerando o Desenvolvimento

Valorização e preservação da biodiversidade como parte integral das estratégias empresariais

Ybá: Conservação que Transforma | Juntos pelo extrativismo da borracha na Amazônia | Nós da Floresta | Meta Florestal | Programas Territoriais

Adoção de mecanismos de negociação de créditos de carbono

Acelerador de Agroflorestas e Restauração

Direcionamento de financiamentos e investimentos para uma economia circular e de baixo carbono

AgriHub | Acelerador de Agroflorestas e Restauração | ProCarbono | Vila Restauração | Programas Territoriais | Nós da Floresta

Pacotes de incentivos para a recuperação econômica dos efeitos da pandemia da COVID-19 condicionada a uma economia circular e de baixo carbono

Nesta seção estão descritos os 11 projetos definidos após a aplicação dos critérios de seleção e entrevistas de aprofundamento. Além de lançar luz sobre estas iniciativas, a intenção deste estudo é apresentar uma diversidade de formatos e modelos inovadores de projetos para que, além das ações em si, o modelo e a “mecânica” destas ações também possam servir como inspiração para replicação ou adaptação dos mesmos em outros contextos e empresas.

Como citado ao longo das seções anteriores, são muitos os desafios de desenvolver e implementar projetos na Amazônia, por isso mesmo dedicamos um espaço em cada projeto a falar sobre estes desafios. Nas entrevistas individuais foi possível perceber e aprofundar o entendimento sobre os diferentes percalços encontrados ao longo do caminho. Felizmente, uma característica comum destes casos é a disposição em aprender e ajustar as práticas ao longo do processo, requisito fundamental para que novos modelos e formatos possam ser experimentados e aprimorados.

Os casos selecionados se relacionam com os sete temas prioritários do CEBDS como na imagem a seguir:



Acelerador de Agroflorestas e Restauração

Em linha com o compromisso global assumido junto ao **The Climate Pledge**, de atingir a neutralidade de carbono até 2040, a **Amazon** trabalha na descarbonização de sua operação e investe em tecnologias que possam acelerar esse movimento - incluindo uso de veículos elétricos e compra de energia renovável. De forma complementar, a empresa também investe em soluções baseadas em natureza fora da sua cadeia de valor, a fim de neutralizar emissões residuais. O Acelerador de Agroflorestas e Restauração é uma das formas de ajudar no cumprimento dessas metas, gerando créditos de carbono que a Amazon deve comprar, ao mesmo tempo em que gera benefícios às comunidades locais e mantém a floresta em pé.



Sudeste do Pará, região da rodovia Transamazônica e região do nordeste paraense

A ideia é remover carbono da atmosfera por meio de **restauração florestal e implantação de sistemas agroflorestais (SAFs)**, começando no Pará, onde parceiros locais já trabalham há tempos com pilotos bem-sucedidos. Inicialmente, The Nature Conservancy (**TNC**) e Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (**ICRAF**) conduzem a parte técnica em campo, ajudando agricultores familiares que possuem áreas degradadas ou improdutivas, principalmente devido à pecuária de baixa tecnologia, a combinar arranjos de sistemas agroflorestais, com base no **cultivo do cacau e espécies nativas, como o açaí**. O Acelerador vai munir os produtores com sementes e mudas, serviços de assistência técnica e treinamentos, **acesso a crédito rural e aos mercados consumidores**, além de apoiar na adequação ambiental de seus imóveis rurais, dentro das exigências legais.

Segundo a empresa, que tem na grande escala de trabalho uma de suas maiores forças de mercado, não há mais tempo de operar com pilotos, urge escalar experiências já testadas. É por isso que não trata a iniciativa como um “projeto”, mas sim “acelerador”.

Antes da venda dos créditos de carbono (que virá a partir do 5o ano), o desenvolvimento local começa já no curto prazo, com a venda das *commodities* produzidas no SAF - que, espera-se, representarão a maior parte da renda gerada para os produtores. Essa é também uma estratégia de engajamento, pois gera resultados positivos já no início das atividades.

A iniciativa vem ensinando a importância da decisão e compromisso individuais - com destaque para lideranças jovens e mulheres - mas também de parcerias com cooperativas e associações locais, para atrair grupos de agricultores para as práticas sustentáveis. Esforço está sendo colocado em construir sistemas que integrem instituições locais e conhecimento local - como um conselho consultivo através do qual grupos sociais locais podem participar na tomada de decisões.

A Amazon criou um programa próprio, com a força das parcerias locais, como alternativa a comprar créditos gerados por terceiros, por entender que a oferta existente não daria conta de suprir a demanda da empresa, em quantidade e qualidade - uma vez que buscam credibilidade nos benefícios adicionais sociais de seus créditos que estarão, por certo, sob escrutínio público.

Os recursos investidos vêm do **Right Now Climate Fund**, fundo da empresa anunciado em 2019 com US\$100 milhões para reflorestamento e diferentes soluções de mitigação climática baseadas na natureza em todo o mundo. O Acelerador é uma das iniciativas contempladas, bem como outros projetos que melhoram a subsistência das comunidades locais e removem o carbono da atmosfera.

Parceiros

Amazon, TNC, ICRAF

Aberto à colaboração/novas parcerias:



Abertura à adesão de novos produtores rurais, e de potenciais compradores para as cadeias de valor/commodities geradas pelos SAFs. Aceleração e integração de outras iniciativas, de governos e ONGs, que já implantam SAFs

Oportunidades de colaboração

ODS



Dinheiro investido

Não divulgado pela empresa

Duração estimada do projeto:

Não divulgada pela empresa

Acelerador de Agroflorestas e Restauração

Destaques

Investimento em *nature based solutions* em escala para a questão climática.

O objetivo é acelerar a recuperação de áreas degradadas ou improdutivas via sistemas agroflorestais que, além de gerar créditos de carbono, impulsionarão a renda dos agricultores com a produção de cultivos como cacau e açaí.

A expertise da empresa em escala é usada para potencializar iniciativas de parceiros locais que já tenham testes de sucesso no território, como forma de atender à urgência do tema.

Movimento de uma empresa sem atuação direta nem cadeia de valor presente na região amazônica, para compensar suas próprias emissões gerando créditos com altos níveis de co-benefícios socioambientais.

Lições aprendidas

- ✓ Necessidade de flexibilizar e diminuir entraves para a entrada dos produtores (ex. sem contratos de longo prazo nem exclusividade). A expectativa de mantê-los ativos por conta dos resultados positivos já no início do projeto.
- ✓ Importância de construir sistemas que integrem instituições e conhecimento local, como a criação de conselhos consultivos por meio dos quais as associações podem dar feedback e contribuir com o processo de tomada de decisões.
- ✓ Envolver lideranças comunitárias, jovens e mulheres ajuda a inspirar outros atores a participar.

Escalabilidade

Alto potencial, tanto em expansão para novas áreas quanto abertura a novos parceiros - especialmente em assistência técnica, acesso a crédito e outras fontes de financiamento para os agricultores.



Desafios

Reorientar o *mindset* para buscar soluções escaláveis, de modo que o território tenha uma mudança sistêmica como objetivo, e não uma abordagem de projeto a projeto.

Logística, infraestrutura e a provisão de assistência técnica e cadeias de abastecimento em grande escala, o que demanda alto volume de recursos técnicos e humanos.

Garantir e aumentar o acesso a crédito aos produtores envolvidos.



Principais Impactos

Para a fase 1, estima-se

Beneficiar 3.000 famílias e uma área total de 18 mil hectares.

Em 30 anos, a expectativa é remover 9,6 milhões de toneladas de carbono da atmosfera.

Acelerando o Desenvolvimento

“Acelerando o Desenvolvimento” é um projeto que **visa promover a formação cidadã e fomentar as capacidades locais para o desenvolvimento territorial sustentável**, por meio de estratégias de Territorialização da Agenda 2030 e aceleração o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da **ONU** nos municípios de Alta Floresta e Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA).

O investimento (vinculado ao contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES**, como um condicionante voluntário ao subcrédito G recebido) é da **Usina Hidrelétrica Teles Pires**, controlada pela **Neoenergia** e a implantação é realizada em parceria com o próprio BNDES, conduzida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (**PNUD**).

É um projeto que propõe uma abordagem de desenvolvimento territorial inclusivo e sustentável - envolvendo múltiplos atores do território - e foca em **ações estruturantes** na esperança de que beneficiem a gestão da sustentabilidade nos municípios.

Até 2023, serão desenvolvidos processos de **diagnósticos do desenvolvimento local, pensando nos ODS, bem como atividades de capacitação voltadas à formação e assessoria, com foco na qualificação dos agentes públicos e privados** - prefeituras, setor privado, movimentos sociais, academia, pequenos produtores, entre outros.

Na primeira fase, o foco é capacitar agentes públicos para a elaboração de planos plurianuais, criação e monitoramento de indicadores e outros mecanismos correlatos com base nos ODS, bem como capacitar vereadores e assessores das câmaras municipais em temas da **Agenda 2030**. Alguns conteúdos são também disponibilizados a outros atores (sociedade civil, academia, setor privado) via EAD. Em uma segunda fase, o foco será nos produtores rurais, voltado a dinamizar as cadeias produtivas da região e construir ações de mapeamento, diálogo e engajamento de lideranças sociais e empresariais.

A necessidade de capacitar o poder público foi um aprendizado de um projeto anterior da companhia, focado na revitalização produtiva de assentados da reforma agrária em cadeias como café e peixe, que esbarrou em um gargalo de atendimento adequado de políticas públicas.

Entende-se que a capacitação do poder público ajuda na promoção de crescimento econômico inclusivo, transparência e participação social; na regulação e atendimento de demandas locais; na melhor aplicação dos recursos públicos (inclusive daqueles oriundos de “royalties” do setor privado) e de políticas com vistas à sustentabilidade; e na interação com as empresas e a população com clareza de papéis e responsabilidades.

O programa em si foi desenhado para crescer. Outros municípios podem aproveitar a oportunidade de capacitação digitalmente, com os cursos EAD - disponíveis no site do PNUD, expandindo significativamente a escala dos beneficiários. Novos investidores também poderiam replicar o programa do PNUD, em estrutura similar, em outras regiões.

Alta Floresta e Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA)

Parceiros

Neoenergia, PNUD, BNDES, ABC Agência Brasileira de Cooperação, prefeituras

Aberto à colaboração/novas parcerias:



Oportunidades de colaboração

O programa base foi idealizado pelo PNUD e é possível a entrada de novos parceiros e investidores no financiamento e expansão das atividades.

Dinheiro investido

R\$ 4 milhões (4 anos)

Duração estimada do projeto:

2021 - 2024

ODS



Acelerando o Desenvolvimento

Destaques

A capacitação de agentes públicos e privados em um território aumenta a capacidade de diálogo participativo, regulação e atendimento de demandas locais estruturantes, bem como o planejamento e implementação de políticas e programas para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Grandes empresas têm alto poder de influência local e podem ajudar a tracionar o desenvolvimento da região onde operam - tanto influenciando positivamente suas cadeias quanto fortalecendo capacidades do poder público a nível municipal.

Desafios

Imprevisibilidade de agenda dos gestores públicos e trocas de cargos dos pontos focais das gestões municipais, o que compromete o cronograma de desenvolvimento das ações.

Necessidade de alinhamento e atenção à linguagem e diálogo com populações tradicionais, especialmente indígenas.

Instabilidade de conexão de internet no município de Jacareacanga/PA, o que dificulta atividades à distância.

Lições aprendidas



É preciso capacitar não apenas os beneficiários e produtores das ações locais, mas também os gestores públicos e os tomadores de decisão.



Conhecer mais a fundo os municípios de atuação abre possibilidades de encontrar sinergias com planos em curso do poder público e potencializar as ações propostas.



Diálogo e participação são essenciais para o desenvolvimento territorial.

Escalabilidade

No curto prazo, oportunidade de aumento dos beneficiários das capacitações online. No longo prazo, inclusão de novos parceiros para ampliar o financiamento de projetos alinhados aos ODSs e para replicar as metodologias e capacitações desenvolvidas pelo projeto em outros territórios



Principais Impactos

60 atores da gestão municipal capacitados sobre Agenda 2030

32 vereadores e assessores capacitados em “O papel das Câmaras de Vereadores na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”

555 alunos inscritos na capacitação EAD “Introdução à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”

AgriHub

A percepção de que Mato Grosso, estado de maior relevância no agro brasileiro, dependia significativamente de importação de tecnologia, foi o motivador para mobilizar atores locais no desenho e implementação de estratégias focadas para apoiar e fomentar o desenvolvimento do ecossistema de inovação local.

Mato Grosso

O **AgriHub** surge, inicialmente, como programa da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (**Famato**), mas em 2020 toma corpo como instituto próprio, um **hub para conectar, apoiar, desenvolver e aprofundar tecnologias ligadas ao agro**. Uma rede colaborativa de articulação de diversas entidades do setor, voltada a promover inovação tecnológica e o fortalecimento de startups locais, que ofereçam produtos e serviços que atendam a demandas de produtores rurais no estado.

Por um lado, apoia o **desenvolvimento de startups focadas em trazer soluções inovadoras para toda a cadeia do agronegócio**, desde o cultivo agrícola e melhoria de gestão até a logística, conservação, regeneração florestal e outras frentes de ESG. Cabem como exemplos, aqui, soluções para pragas e doenças; desenvolvimento de equipamentos mais modernos; sementes e cultivares mais resistentes; soluções logísticas e de integração com fornecedores e mercados; e promoção de processos mais eficientes que reduzem o impacto ambiental da cadeia.

Por outro, **identifica os problemas dos produtores rurais no campo e os conecta a essas startups**, mentores, empresas de tecnologia, pesquisadores e investidores para desenvolver soluções e promover o melhor ajuste destas tecnologias às necessidades do campo. Em suas próprias palavras, a proposta de valor é **“conectar a sabedoria e experiência de quem conhece cada palmo da terra com a expertise de quem respira tecnologia”**. Dessa forma, espera se tornar um centro de tecnologia referência em MT, com soluções locais para problemas locais, e com capacidade de aumentar a renda dos produtores rurais e contribuir para o desenvolvimento sustentável por meio da inovação tecnológica.

A **Amaggi** foi convidada a se envolver inicialmente apoiando o *coworking AgriHub space*, e rapidamente ampliou sua participação. Hoje, é tanto financiadora quanto cliente do hub - e assim tem acesso a startups inovadoras e a suas soluções que respondem a dores e demandas do seu próprio negócio.

O impacto da iniciativa se mostra na concretização de negócios entre parceiros, que demonstra aquecimento no ecossistema. Há espaço tanto para novas startups quanto investidores, enquanto essa rede cresce e cria condições para o surgimento de novas ideias e novos negócios. A princípio, o modelo de rede para resolver problemas de empresas enquanto se fomenta o empreendedorismo é também replicável em outras regiões ou setores - o próprio **AgriHub** nasceu inspirado em hubs semelhantes em outros setores. Mas, como um hub se constrói justamente a partir de conexões, cada articulação seria específica a uma diferente conjuntura.

Parceiros

Amaggi, Agro Amazônia, Bayer, TMG, Sistema FAMATO, SENAR-MT, IMEA e Sindicatos Rurais

Aberto à colaboração/novas parcerias:



Oportunidades de colaboração

Chamadas específicas a novas *startups*. Abertura também a empresas como *sponsors* que buscam soluções para suas operações agropecuárias na região.

Dinheiro investido

Não divulgado pela empresa

Duração estimada do projeto:

2021 - 2023

ODS
N/A

Destaques

Difusão tecnológica e inovação aberta para gerar mais inovação no estado que é o maior *player* agropecuário do país.

O Hub conecta o agro com startups que possam desenvolver soluções tecnológicas para demandas e desafios da empresa ou de sua cadeia de fornecedores.

Inovação é colaborativa, tanto para criar condições de produzir novas ideias quanto para desenvolvê-las e implementá-las.

Ecosistema de inovação aquecido ajuda diretamente em indicadores de produtividade agrícola, mas também vem abrindo espaço para novas ideias e desenvolvimentos em sustentabilidade (carbono, conservação e outras frentes de ESG).

Desafios

Construir governança para orquestramento setorial, e do próprio setor com o governo, para avançar em desafios estruturais do meio rural (conectividade, rastreabilidade, previsibilidade climática)

Concertação entre os diferentes estágios de maturidade das tecnologias frente à capacidade de adaptação e necessidades específicas dos produtores rurais

Lições aprendidas

- ✓ A importância do fomento do ecossistema quando a empresa tem o interesse em usufruir de soluções inovadoras em seu negócio.
- ✓ A necessidade das startups irem a campo e viverem a realidade do problema que pretendem resolver.
- ✓ A importância de ter liderança ativa no processo colaborativo proposto, que consiga engajar o time numa gestão voltada para inovação, independentemente da área.

Escalabilidade

Crescimento mediante a entrada de novos parceiros e construção de novas relações. É também um modelo que pode inspirar a ação coletiva e setorial em outras áreas.



Principais Impactos

Melhoria nos produtos e serviços das *startups* participantes

Implementação conjunta de projetos das *startups* com a Amaggi



Iniciativa PRO Carbono

O programa **PRO Carbono Bayer**, parte da iniciativa Carbono Bayer, lançada em 2020, nasceu como parte da meta interna de sustentabilidade da empresa, que busca reduzir em até 30% as emissões de CO2 nas culturas e países em que trabalha. O objetivo do programa é oferecer aos produtores um modelo economicamente atrativo, que amplie seu potencial produtivo e o sequestro de carbono no solo a partir de práticas agronômicas sustentáveis, enquanto são desenvolvidas soluções para enfrentar desafios técnicos, científicos e metodológicos ligados à mensuração de carbono e à geração de créditos no agro.

Se definiu o objetivo de trabalhar com carbono orgânico de solo, que hoje em dia não é considerado nas metodologias de quantificação de carbono, o que leva muitos agricultores que implementam boas práticas a não conseguirem colher benefícios financeiros destas ações na sua geração de créditos de carbono. Assim, a partir do desejo de **“tropicalizar” os protocolos de quantificação de carbono**, a **Bayer** firmou um contrato com a **Embrapa** e a **ESALQ/USP** e uma parceria com diversos outros especialistas de diferentes universidades para aprofundar as pesquisas e o desenvolvimento de novos protocolos que considerem cálculos e reduções de emissões oriundas da fixação de carbono orgânico no solo, visando a expansão e a escalabilidade da iniciativa.

Diante da implementação de boas práticas nas fazendas participantes, são feitas análises de solo e fertilidade em talhões teste (áreas de 100 hectares) de soja, nas terras dos produtores que aderiram ao programa. A intensificação destas técnicas, por si só, já é capaz de aumentar a produtividade e fertilidade do solo, o que gera resultados positivos para os participantes. A meta futura é quantificar as reduções de emissões relacionadas a estas atividades e gerar créditos de carbono, que podem representar uma renda adicional para os produtores. O projeto acontece atualmente em 14 estados brasileiros, dentro e fora da Amazônia Legal.

As pesquisas realizadas e os resultados obtidos contribuem para a **geração de conhecimento científico**, pois embasam trabalhos e discussões técnicas sobre como quantificar o carbono orgânico em solos tropicais. Este tema é também tratado em um comitê de especialistas de 8 universidades, para ajustar as práticas a fim de serem incluídas em protocolos específicos de MRV que possam ser auditados e certificados no futuro. A intenção é que seja criada uma calculadora de carbono, que leve em consideração o carbono orgânico no solo e as especificidades das diferentes culturas.

Além da possibilidade de aumento da produtividade das fazendas e potencial venda futura de créditos de carbono, os participantes recebem três anos de consultoria subsidiada pela **Bayer** para implementação das boas práticas e manejos conservacionistas e ainda têm acesso a vantagens oferecidas por outros parceiros, além de análise de fertilidade e estoque de carbono no solo, diagnóstico socioambiental das propriedades e acesso a conteúdos e profissionais referência no tema.

Dentro da Amazônia legal:
MT, RO, TO, PA, MA.

Parceiros

Bayer, Embrapa e Esalq/USP

Aberto à colaboração/novas parcerias:



Oportunidades de colaboração

Outras empresas do agro e produção de alimentos, com cadeias produtivas relacionadas, podem aplicar técnicas e metodologias utilizadas no projeto. Outros parceiros que possam oferecer serviços diferenciados para os produtores participantes do projeto, como parte do ecossistema.

Dinheiro investido

Não divulgado pela empresa

Duração estimada do projeto:

3 anos para a fase 1

ODS
N/A

Iniciativa PRO Carbono

Destaques

Oferta de capacitação técnica para a implementação de novas práticas em produtores de soja e milho que, além do potencial futuro de redução de emissões, aumentam a produtividade e a fertilidade do solo.

Trabalho junto à academia e instituições de pesquisa para desenvolver conhecimento científico, reduzir emissões de gases do efeito estufa no setor agrícola, e metodologia de quantificação de carbono no solo - o que beneficia não apenas os produtores participantes e a empresa, mas avança no debate e em gerar novos protocolos de MRV.

Lições aprendidas

- ✓ A alta adesão ao PRO Carbono reflete o interesse dos produtores brasileiros em serem parte da construção de uma agricultura carbono neutro.
- ✓ A superação dos desafios de mensuração do carbono requer colaboração - daí a importância de embasar cientificamente o projeto e ter participação e apoio de experts.
- ✓ A ampliação do olhar para o ecossistema de carbono e a importância de parcerias na construção de conhecimento científico

Escalabilidade

Alto potencial de escalabilidade, por dois caminhos: expandir as boas práticas para toda a propriedade dos produtores participantes (atualmente são talhões de 100 ha); e a possibilidade de expandir o número de produtores e culturas previstas no projeto no futuro.



Desafios

Questões relacionadas ao próprio cálculo do carbono de solo na agricultura e o desenvolvimento de uma metodologia, que contemple esse dado.

Driblar aspectos climáticos, fora do controle do projeto, que podem comprometer os resultados dos produtores participantes (ex. ondas de calor que ressecam a cobertura do solo e aumentam as emissões).

Manter a atratividade econômica das boas práticas frente à oscilação de preço das *commodities*.

Principais Impactos

1800 produtores participantes
Implementação conjunta de projetos das startups com a Amaggi

180.000 hectares de implementação

Meta de aumentar em até 10% a produtividade das áreas incluídas, versus áreas com técnicas tradicionais

Redução de 80% da pegada de carbono por tonelada de soja, comparado à média das principais bases de dados internacionais

Juntos pelo extrativismo da borracha na Amazônia

A borracha é uma cultura emblemática na Amazônia. A virada do século XIX para o XX viu seu auge com desenvolvimento econômico e prosperidade sem precedentes, mas o ciclo veio acompanhado de impactos significativos na desigualdade e exploração, até a perda do mercado que hoje é dominado por países asiáticos. Atualmente, existem alguns movimentos para retomar e fortalecer essa cadeia com mais responsabilidade e atenção à distribuição de renda, contexto no qual o projeto **Juntos pelo Extrativismo na Amazônia** se insere.

Em 2016, com a compra da **Levorin** - que inclui uma planta sediada no Polo Industrial de Manaus -, a **Michelin** se propôs a **reativar a cadeia da borracha**, hoje sucateada, de forma regenerativa. Aliada à **Fundação Michelin** e ao **WWF-Brasil**, anunciou uma parceria para desenvolver estratégias de fortalecimento dos elos iniciais da cadeia de borracha de extrativismo na Amazônia, buscando conservar a floresta com fortalecimento das **populações tradicionais locais**, pilares de uma nova **economia amazônica baseada no uso e na valorização da sociobiodiversidade**.

As ações começam em 2019, com a idealização do projeto. O intuito inicial é gerar impacto econômico positivo para 3.800 famílias, beneficiadas pelo trabalho de conservação e manejo direto e indireto de 6,8 milhões de hectares em 14 Unidades de Conservação no estado do Amazonas - de onde a **Michelin** comprará 700 toneladas de borracha sob padrões sociais e ambientais acordados, impulsionando a economia local. Uma vez consolidadas as capacitações, os fluxos e as certificações neste modelo piloto, a compra de borracha passa de piloto para *business as usual*, integrada à cadeia, e pode se expandir ainda mais.

O arranjo envolve o **Memorial Chico Mendes**, que contribui com conhecimento e articulação locais. Os parceiros participam de reuniões diárias no comitê de pilotagem, o que permite à empresa o entendimento maior das dores, necessidades e expectativas dos elos da cadeia.

A empresa passou, então, a se comprometer com a compra da próxima safra, em preço diferenciado (140% do praticado no mercado) que contempla **pagamento por serviços ambientais**, e adaptações específicas às associações de produtores extrativistas, como o adiantamento de 30% do volume da safra para proporcionar capital de giro. Parcerias apoiam a capacitação dos seringueiros em práticas sustentáveis, além de parte administrativa e de gestão, e o fornecimento de infraestrutura local com computadores e internet. Se propõe ainda a trabalhar junto ao governo para garantir às associações acesso a políticas públicas relacionadas à compra, crédito e promoção da cadeia da borracha, e atraindo mais atores para esse ecossistema.

Ainda que haja incertezas quanto à valorização destes diferenciais no mercado dos pneus, a **Michelin** se vê como protagonista na reativação da cadeia da borracha nativa na Amazônia, e disposta a dar tração para uma agenda da sociobiodiversidade ligada a uma economia de resistência que extrai valor da floresta em pé. A estratégia está também intimamente ligada às ambições do grupo para 2030 e para o futuro de seus negócios.



Amazonas

Parceiros

Michelin, WWF-França, WWF-Brasil, Memorial Chico Mendes, Fundação Michelin

Aberto à colaboração/novas parcerias:



Oportunidades de colaboração

O reaquecimento da cadeia que a empresa propõe envolve também trazer outras empresas que tenham a borracha como parte de suas cadeias de valor.

Dinheiro investido

Não divulgado pela empresa

Duração estimada do projeto:

2021 - 2023 (fase 1)

ODS



Juntos pelo extrativismo da borracha na Amazônia

Destaques

Resgatar e fortalecer uma cadeia da sociobiodiversidade amazônica que já foi central ao desenvolvimento regional, agora de forma regenerativa, com biocomércio ético e distribuição de renda.

Alinhamento das ações do projeto diretamente às necessidades de matéria-prima da empresa.

Modelo de operação ancorado na realidade e necessidades do campo - adiantamento para capital de giro; capacitação em práticas sustentáveis e também questões administrativas/organizacionais; articulação com o governo para garantir subvenções estaduais devidas e trazer outros parceiros para a cadeia.

Acordos de compra da produção, com composição de preço incluindo pagamento pelos serviços ambientais gerados.

Desafios

Adequar-se a um modelo que faça sentido para os atores locais exige reorganização do *modus operandi* da empresa, ou ajustes em procedimentos internos (jurídicos, financeiros e de compliance).

Complexidade logística para acessar as unidades de conservação (UCs) participantes.

Garantir a origem e rastreabilidade da borracha produzida no contexto do projeto.

Lições aprendidas

- ✓ Parcerias com quem conhece e está inserido na realidade local são essenciais.
- ✓ Comprometimento da alta liderança é chave para garantir a flexibilidade necessária aos processos da companhia para adequação à realidade local.

Escalabilidade

Apesar do arranjo local depender muito da construção de relações e práticas no nível local, a reestruturação da cadeia a nível estadual pode ajudar a uma eventual expansão a outras UCs.



Principais Impactos

Compra piloto de 7 toneladas de borracha foi simbólica para consolidar a relação de confiança com as comunidades que retomam operações na cadeia

Pretende-se chegar à produção de 700 toneladas, beneficiando direta ou indiretamente 3.800 famílias

Meta florestal

A **Meta Florestal 2030** da **Vale**, anunciada em 2019, trata de um **compromisso voluntário para recuperar e proteger 500.000 hectares** (para além das fronteiras da empresa) até 2030. Desse total, **ao menos 100.000 hectares serão recuperados por meio de negócios de impacto socioambiental positivo**, ou seja, fomentando o empreendedorismo e estimulando o desenvolvimento de um ecossistema agroflorestal de negócios vinculado à recuperação de áreas no Brasil. Embora a meta contemple o país todo, o programa tem um olhar especial para a Amazônia uma vez que abriga a maior das operações da Vale, Carajás.

Este é o maior programa de recuperação de áreas por meio de investimento em negócios de produção sustentável já realizado no Brasil. Tamanha ambição exige uma agenda viva, em que se pilotem estratégias diversificadas e que inclua diferentes frentes de ação, como investimento e aceleração de negócios para a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) para atingir a meta, inclusão de novos parceiros, criação de rede de fornecedores e desenvolve frentes de pesquisa e gestão do conhecimento, entre outros. Para a frente de proteção de 400 mil hectares, prevê um programa de REDD+ (Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação) numa lógica de **carbono de impacto**, com foco nos benefícios sociais, além dos ambientais.

Na parcela a ser recuperada de forma produtiva, há um trabalho de articulação com empresas compradoras das cadeias produtivas trabalhadas nos SAFs para incluí-las no arranjo, garantindo **acesso a mercado e escoamento da produção**. A Vale tem usado seu peso de mercado para atrair *players* relevantes em cadeias como de cacau, macaúba, açaí, banana, mandioca, madeiras nativas e mel.

Para além da entrega dos hectares da meta, se espera, ao fim, deixar o legado de uma cadeia produtiva da recuperação alavancada, com novos negócios criados que fortaleçam o setor, com capacidade para atuar e avançar em iniciativas de recuperação, inclusive em outros territórios.

O caso mostra o potencial de aliar as metas e compromissos voluntários empresariais com projetos e negócios de impacto social positivo. Mostra ainda a importância de parcerias para alcançar escala, e a necessidade de ação coletiva para expandir resultados, ainda que uma empresa de grande porte e com capital financeiro puxe o processo.

No estágio atual, o arranjo já conta com diferentes atores: o **Fundo Vale** é responsável pela execução; **Instituto Tecnológico Vale**, pela pesquisa; **Reserva Natural Vale** apoia a parte técnica; **Imaflora** nas salvaguardas socioambientais e acompanhamento das áreas por tecnologias de georreferenciamento; **Palladium** faz gestão do portfólio; **Move Social** elaborou a teoria de mudança e cuida da apuração e análise dos indicadores de impacto; **Fundação Certi** e **Darwin Startups** fazem a aceleração; **SITAWI** contribui com análises e indicadores financeiros dos negócios; e a **EcoSecurities** com a agenda de carbono.

Dentro da Amazônia Legal:
RR, PA, MT, RO.

Parceiros

Vale, Fundo Vale, Instituto Tecnológico Vale, Reserva Natural Vale, Imaflora, Palladium, Move Social, Fundação CERTI e Darwin Startups, SITAWI, EcoSecurities

Aberto à colaboração/novas parcerias:



Oportunidades de colaboração

A meta ambiciosa não só permite como exige outros parceiros para cumprir-se, em especial negócios prontos a implementar sistemas agroflorestais em campo.

Dinheiro investido

R\$ 100 milhões (fase 1: 2019 - 2021)

Duração estimada do projeto:

2019 a 2030

ODS



Meta florestal

Destaques

A inovação do projeto vem com a escala da meta, em especial com a promessa de restaurar 100.000 hectares por meio de projetos e negócios de impacto social e ambiental.

A aposta é que o fomento ao empreendedorismo agroflorestal e o desenvolvimento de um ecossistema de novos negócios ligado à recuperação florestal no Brasil promova uma economia mais sustentável.

É um movimento bastante robusto pois, oportunidade para o setor privado se engajar em torno do conceito de “carbono de impacto” e gerar aprendizados e modelos baseados em recuperação produtiva.

Lições aprendidas

- ✓ Para alcançar algo nesta escala, é fundamental diversificar ações e estratégias.
- ✓ Olhar cuidadoso para a governança - ações com tantos parceiros envolvidos precisam ter claros os papéis e responsabilidades, mas com flexibilidade suficiente para permitir rearranjos ao longo do processo.
- ✓ O ambiente de negócios sociais e ambientais e o setor florestal e climático, em seus estágios de maturidade atual, ainda requerem capital semente e investimentos em aceleração, além de mecanismos de blended finance.

Escalabilidade

Entende-se que, deixando um setor mais forte (com negócios acelerados e parcerias estabelecidas), mesmo depois de alcançada a meta da Vale, os negócios vão ter capacidade de implantar ações de recuperação florestal em escala em outros territórios e para outros contratantes.



Desafios

A própria escala na qual o projeto opera pressupõe dificuldades logísticas, de disponibilidade de insumos, tecnologias apropriadas, recursos humanos em tamanho volume.

A efetiva implementação de práticas sustentáveis e a garantia de cumprimento da legislação ambiental e social em todas as áreas participantes.

Garantir mensuração de impacto no campo com profundidade e frequência adequadas a partir de todos os indicadores definidos como fundamentais.

Principais Impactos

Mais de 6 mil hectares recuperados até janeiro de 2022, em sete estados do Brasil, aportes diretos de quase R\$ 60 milhões em 5 negócios baseados em modelos de recuperação produtiva

Nós da Floresta, desenvolvimento territorial com foco no empreendedorismo e na economia da floresta em pé - Ecossistema Amazônia Vive

Com o objetivo de fortalecer a economia da floresta em pé, o empreendedorismo e o desenvolvimento territorial, é fundamental fomentar parcerias visando a **ativação, o fortalecimento e a criação de novos negócios na Amazônia**. Hoje esse movimento reúne **Natura, Conexsus, Sebrae, Projeto Saúde e Alegria** e organizações locais, inicialmente em 3 territórios de atuação da empresa no Baixo Tocantins, PA. Esse movimento fomenta redes de parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais.



Tapajós, Baixo Tocantins,
Médio Juruá

De olho no **potencial da Amazônia para gerar modelos de negócio inovadores, inclusivos e que potencializam a conservação e a regeneração da floresta**, como alternativa a formas de produção que degradem a floresta e promovam o desmatamento, o programa **Nós da Floresta** tem como objetivo alavancar a bioeconomia da sociobiodiversidade; fortalecer o ecossistema de inovação e empreendedorismo nos territórios amazônicos; fomentar novos negócios locais – especialmente iniciativas lideradas por mulheres e jovens; entre outros.

A iniciativa se parte da forma de atuação e dos relacionamentos históricos da **Natura** voltados para fortalecer as cooperativas agroextrativistas, as cadeias da sociobiodiversidade e o desenvolvimento territorial da região amazônica (onde a empresa atua há mais de 20 anos, em 16 territórios), e que a partir de 2018 passou a ter maior foco em **empreendedorismo** para alavancar as vocações locais.

Tem os territórios como ponto de partida, com uma abordagem a partir de eixos temáticos estruturantes, como empreendedorismo, conservação e renda, seguindo uma estratégia de desenvolvimento local.

Concretamente, as ações se desdobram em três pilares: **fortalecimento de cooperativas**; potencialização de **mercados** incluindo os regionais para produtos com os quais as cooperativas já trabalham; e conexões para fomento do ecossistema de **inovação**.

Há bastante espaço para novas parcerias que somem-se aos esforços, sobretudo no pilar de inovação - se forem interessantes às cadeias e competências das cooperativas. Em outras palavras, cabem na aliança temas para além dos bioativos de interesse específico da **Natura**, em especial em pautas estruturantes e transversais que respondam a demandas locais, como inclusão digital e geração de energias renováveis. É preciso potencializar soluções, impactos sociais e ambientais de maneira sinérgica, e trabalhar em conjunto para trabalhar dores sistêmicas existentes na Amazônia.

A empresa reforça que as iniciativas devem ter como premissa os interesses, vocações e demandas que se apresentam nos territórios - movimentos, organizações, saberes, negócios, dinâmicas. A chave estaria em **proporcionar novas conexões e estreitar os vínculos entre os diferentes atores**, para uma visão compartilhada da cultura de negócios e inovação para atingir metas comuns.

O **Nós da Floresta** é parte de uma iniciativa maior da **Natura**, focada na Amazônia, que abrange 16 territórios, compreendendo 40 cooperativas e 8.155 famílias envolvidas, contribuindo para a conservação de 2 milhões de hectares.

Parceiros

Natura, Conexsus, Projeto Saúde e Alegria, Rede Jirau de Agroecologia, APACC, ASPROC, Sebrae

Aberto à colaboração/novas parcerias:



Oportunidades de colaboração

Cabem financiadores e novos parceiros que colaborem para fortalecer o ecossistemas de empreendedorismo e inovação local, tendo as cooperativas e negócios focados na floresta como elemento central

Dinheiro investido

R\$ 4,1 Milhões recursos próprios e
R\$ 1,7 Milhões recursos terceiros

Duração estimada do projeto:

Recorrente

ODS



Nós da Floresta, desenvolvimento territorial com foco no empreendedorismo e na economia da floresta em pé - Ecossistema Amazônia Vive

Destaques

Abordagem a partir de eixos temáticos estruturantes - fundamentalmente o empreendedorismo, conservação florestal e geração de renda.

Focado em alavancar o desenvolvimento de territórios a partir do ecossistema, atores, demandas e vocações locais.

Trabalha de forma central com as cooperativas, trazendo estrutura e capacitação, fortalecendo assim o mercado de forma geral, com outros produtos locais.

Lições aprendidas

- ✓ Importância fundamental de atuar em parceria e estar totalmente alinhado às demandas das cooperativas.
- ✓ Exercitar um modelo flexível, onde os aprendizados e as soluções são incorporadas ao longo do processo de execução.
- ✓ Modelo transversal, que trabalhe com uma visão de escala ancorada na sociobiodiversidade, mas reforçando a customização para os contextos locais.

Escalabilidade

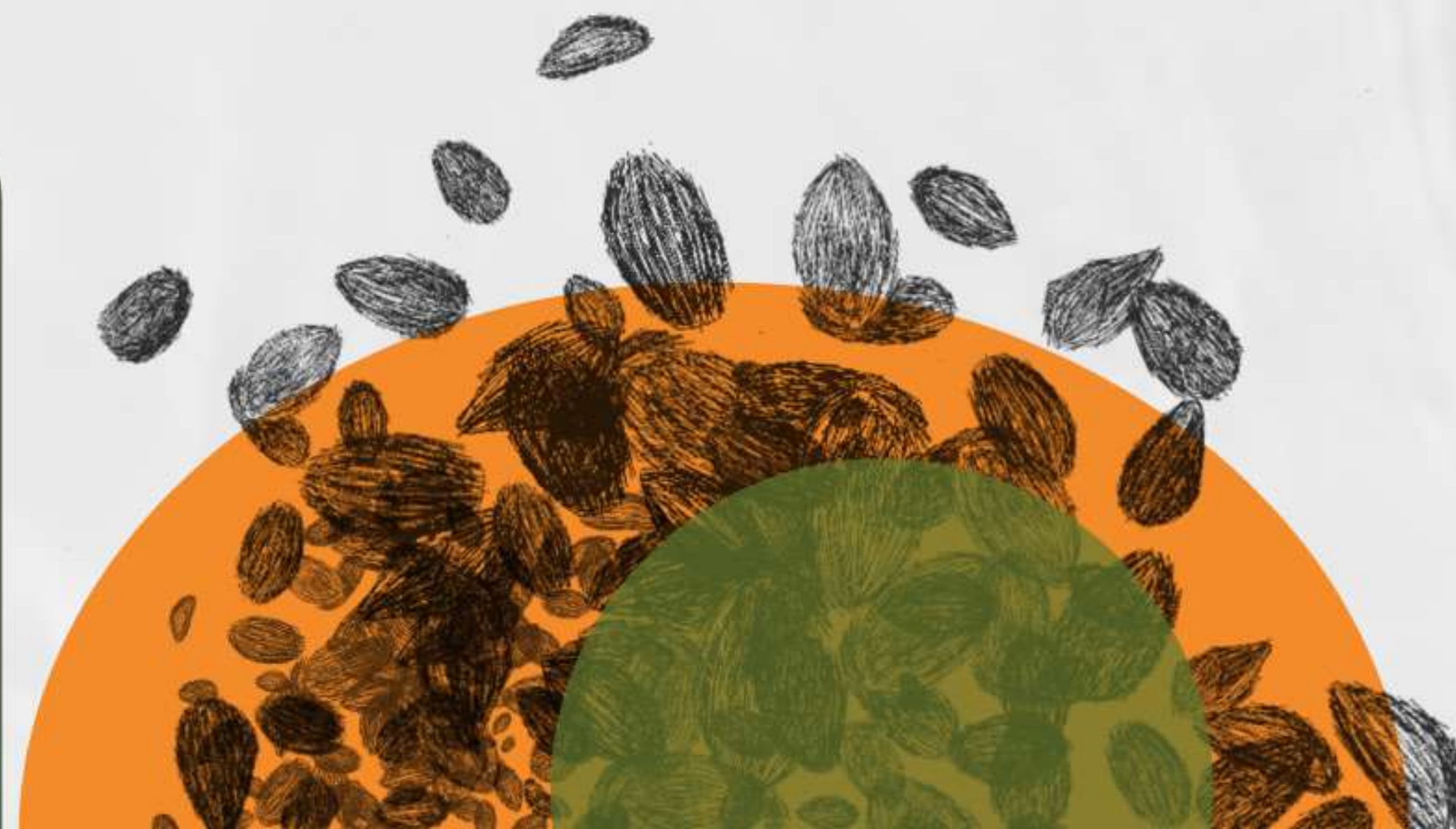
A iniciativa tem potencial de ganhar escala e se expandir para outros territórios, mantendo sempre a premissa de atuar com atores e demandas locais.



Desafios

Fomentar um movimento de inovação e empreendedorismo ainda incipiente nos territórios amazônicos onde a empresa atua, visando potencializar a economia da floresta em pé.

Alavancagem de parcerias e captação de recursos para a potencialização desses temas nos territórios.



Principais Impactos

Em 2021

13 cooperativas/associações envolvidas

Mais de 20 cadeias da sociobiodiversidade envolvidas

Mais de 2 mil famílias beneficiadas

PrevisIA

Lançada em agosto de 2021, a ferramenta PrevisIA ajuda na **previsão do desmatamento da Amazônia Legal** por meio de inteligência artificial e imagens de satélite, a fim de gerar informações para evitar a degradação. Foi criada em parceria pelo **Imazon, Microsoft e Fundo Vale**, usando algoritmo de IA e modelo de risco desenvolvidos pelo Imazon e recursos tecnológicos avançados de nuvem da Microsoft.



A parceria foi costurada pela **Vale**. Globalmente, a **Microsoft** tem o **AI for EARTH**¹¹, que preconiza encontrar projetos que possam usar inteligência artificial e imagens de satélite (sensoriamento remoto) para ajudar em questões ambientais. No Brasil, propuseram-se a avançar na pauta com grandes parceiros da empresa, o que aproximou sua equipe de filantropia de uma conversa com a Vale, e evidenciou interesse mútuo na Amazônia. A mineradora costurou a articulação com o **Imazon** (parceiro institucional de longa data do **Fundo Vale**), que fazia um trabalho importante de monitoramento do desmatamento de forma “manual”. Estava dada a oportunidade de aportar a tecnologia Microsoft.

Aberta ao público, a plataforma analisa dados como **topografia, cobertura do solo, estradas legais e ilegais, infraestrutura urbana**, etc, para **identificar possíveis tendências de mudanças no uso do solo e áreas sob risco de desmatamento no bioma**. A ligação entre estradas e risco de devastação, por exemplo, é um pressuposto verificado em pesquisas e em campo pelo Imazon, de que novos ramais surgidos não oficialmente abrem caminho para retirada da floresta num raio de 5 km.

A disponibilidade pública da informação é uma forma da população em geral se conscientizar e assumir papel de controle, denúncia e defesa da pauta. Os dados podem ainda ser usados por órgãos públicos para ações preventivas de combate e controle ao desmatamento. Há oportunidade incipiente, embora ainda pouco explorada, de uso por Ministérios Públicos estaduais, de forma a aumentar-se a possibilidade de ação efetiva para coibir o desmatamento antes que se cumpram as previsões da ferramenta

Com o tempo, **novas camadas podem ser adicionadas** à plataforma. Incluir o CAR, por exemplo, ajudaria em análises de rastreabilidade, um desafio comum a diferentes cadeias de fornecimento na região amazônica. Um eventual inventário de carbono permitiria a identificação de estoque e créditos a todo o mercado de REDD+. Outro passo possível para crescimento da PrevisIA é a escala geográfica, com expansão para pan-amazônia - proposta que o Fundo Vale está encabeçando.

A **tecnologia em escala**, com esse volume gigantesco de dados processados em conjunto, tem enorme potencial transformador (em especial para uma região tão vasta quanto a Amazônia, que traz dificuldades de controle em campo), gerando inteligência para que todos os agentes interessados consigam ter frentes para apoiar, preservar e promover o desenvolvimento sustentável da região.

Parceiros

Imazon, Microsoft, Fundo Vale

Aberto à colaboração/novas parcerias:



Oportunidades de colaboração

Potencial de sinergia com diversos setores que buscam rastreabilidade e transparência, e também com órgãos públicos de fiscalização e controle, além de organizações não governamentais com conhecimento de campo.

Dinheiro investido

Não divulgado pela empresa

Duração estimada do projeto:

1 ano (envolvimento da empresa na estruturação da plataforma)

ODS
N/A

¹¹ <https://www.microsoft.com/en-us/ai/ai-for-earth>

Destaques

O sistema desenvolvido pelo Imazon com apoio do Fundo Vale e da Microsoft permite ganhar escala, confiabilidade e transparência no uso e acesso público a dados que podem prevenir o desmatamento na Amazônia.

Uso de expertise da Microsoft com inteligência artificial e sensoriamento remoto para apoiar trabalho de monitoramento ambiental de organizações no campo exemplifica a possibilidade de uma empresa, sem atuação direta nem cadeia na Amazônia, utilizar seu *core business* para avançar em questões estruturantes com alto potencial de impacto positivo na região.

Plataformas de acesso e uso público têm um papel importante na estruturação e validação de um ambiente de negócios e operações mais confiáveis e transparentes, em comparação a iniciativas de auto-declaração sem verificação de terceiros.

União do desejo de proteção da floresta com estímulo à pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de ponta no Brasil.

Desafios

O próprio desenvolvimento do sistema, considerando a complexidade do cruzamento de imagens de satélite com dados de campo.

Na pós-implementação, a garantia de que os dados sejam efetivamente usados por órgãos de controle e apropriados pela sociedade civil e demais organizações interessadas e com poder de coibir o desmatamento que a plataforma prevê.

Lições aprendidas



Atores envolvidos desde o início tem maior tendência a engajamento com uma solução coletiva.

Escalabilidade

Existem planos para expansão da ferramenta para a Pan-Amazônia. Escala pode vir, ainda, com a inclusão de novas camadas de dados adicionados/cruzados.



Principais Impactos

Disponibilização de dados geográficos de áreas sob risco de desmatamento, especificando municípios, terras indígenas, UCs, territórios quilombolas e assentamentos rurais



Programas de Desenvolvimento Territorial no Maranhão, Pará e Tocantins

Uma das estratégias empresariais da **Suzano** é trabalhar de forma integrada para promover o desenvolvimento dos territórios nos quais opera. Por isso, atua em diversas frentes focadas no engajamento das comunidades e atores locais e, de forma coletiva e integrada, trabalhar no **desenvolvimento das regiões com foco específico em cadeias condizentes com a vocação daquelas regiões**.

Há diversas ações e projetos sendo desenvolvidos neste sentido, com componentes diferentes, todos dentro de uma mesma visão comum. Um deles é o **Programa de Desenvolvimento Rural e Territorial**, que tem como objetivo potencializar as atividades de cada território no fortalecimento das associações e das cooperativas participantes em três eixos: gestão, produção e comercialização. O programa segue princípios agroecológicos, fomenta o acesso a políticas públicas e melhora a qualidade de vida dos produtores rurais.

Nos estados MA, PA e TO, atuação em 2022 alcançou 28 municípios, com 81 comunidades parceiras

Parceiros

Suzano, organizações locais/ associações rurais, prefeituras, SENAI e SEBRAE, UEMA, Enactus-Facimp, Fundação Vale, Funbio, PPA, Fundação Banco do Brasil, ICMBio

Aberto à colaboração/novas parcerias:



Oportunidades de colaboração

Projetos e frentes de trabalho têm sido alavancados via novos parceiros, que somam ações e multiplicam resultados.

O segundo eixo está ligado à atividades de **extrativismo** e é executado por meio de parcerias com associações comunitárias, que fazem o beneficiamento sustentável e a comercialização de produtos de matéria-prima natural extraída de áreas de conservação, como farinha de mesocarpo, óleo de babaçu, açaí em polpa, carvão, amêndoas e artesanato. O foco principal deste componente está em fortalecer a produção desses grupos por meio de capacitação e infraestrutura.

O terceiro componente é chamado de **Programa Colmeias**, que visa fomentar a produção de mel dentro das áreas de plantio da empresa. Os produtores parceiros recebem assistência e capacitação técnica e de gestão, bem como a implementação de novas tecnologias e assistência na comercialização do mel produzido.

Uma premissa fundamental da empresa é **trabalhar de forma integrada e agregando parceiros locais e estratégicos**. Entre 2020 e 2022 o número de comunidades envolvidas saltou de 19 para 81 e o número de beneficiários de 2.692 para 12.261, sempre contando com parcerias que envolvem prefeituras, **SENAI**, **SEBRAE**, organizações e associações locais, além de fundações como a **Fundação Vale** e **Banco do Brasil**, bem como **ICMBio** e **Funbio**.

Além de desenvolver economicamente as regiões e gerar capacidades locais, a empresa também se beneficia destas ações com resultados como maior estabilidade operacional nas áreas de atuação, redução de custos com manutenção de florestas e vigilância patrimonial, menor ocorrência de incêndios e uma percepção local positiva quanto à imagem da empresa.

Internamente, estes programas são protagonizados pela área de Desenvolvimento Social (ligada à Diretoria de Sustentabilidade), porém conta com participação também de outras áreas dependendo da necessidade dos projetos (como Relações Corporativas para conversar e tratar com o poder público ou técnicos de floresta para ações de extrativismo). No que se refere a recursos disponíveis, a estrutura orçamentária da área de Desenvolvimento Social nunca teve decréscimo e, frente às metas de longo prazo estabelecidas pela companhia (como educação e retirada de pessoas da pobreza¹²), a previsão é que a empresa siga investindo recursos humanos e financeiros a longo prazo.

Dinheiro investido

Mais de R\$ 3 milhões em 2022

Duração estimada do projeto:

Três anos, por meio da incubação e aceleração de iniciativas e organizações sociais

ODS



¹² A Suzano calcula que 9000 pessoas foram retiradas da pobreza pelo Investimento Social da Suzano nas suas áreas de atuação em 2021.

Programas de Desenvolvimento Territorial no Maranhão, Pará e Tocantins

Destaques

Visão estratégica e integrada, que trabalha no desenvolvimento de diferentes territórios a partir de um portfólio de atividades produtivas e cadeias condizentes com a vocação local - em agricultura familiar agroecológica, extrativismo e produção de mel - tanto em áreas de reserva e plantio da empresa quanto terras das comunidades.

Negócios sociais são chave para proposta e teste de soluções para gargalos logísticos e custo proibitivo que costuma afetar a comercialização de produtos da região.

Inserção e diálogos verdadeiros num território abrem uma empresa para ações e compromissos que ultrapassam a preocupação com minimização de impactos da sua operação, ou licença social para operar

Visão territorial surge da crença de que mudanças não vêm de ação isolada ou desarticulada, e assim se justifica o trabalho em rede com atores locais, organizações da sociedade civil, poder público e pares do setor privado.

Desafios

Formação e organização das associações locais para gestão sustentável ao longo do tempo.

Logística e custo para comercialização dos produtos locais.

Garantir olhar de médio e longo prazo alinhado em todos os parceiros locais e institucionais.

Lições aprendidas

- ✓ Importância de envolver instituições locais para desenhar e implementar as ações de forma colaborativa.
- ✓ Assistência técnica dissociada de capacitações em gestão e comercialização não resolve gargalos.
- ✓ É fundamental construir e valorizar capacidades locais, e compreender que o desenvolvimento local requer tempo até efetivamente se traduzir em melhoria da qualidade de vida.

Escalabilidade

Escala é muito relacionada com adesão de novos parceiros - nos últimos anos o projeto expandiu seus resultados justamente focando nessa estratégia.



Principais Impactos

3.452 pessoas beneficiadas em 2021

2553 toneladas de produção, somando todas as atividades, R\$9,5 milhões de renda gerada

Beneficiários em 2022 já somam 12.261

Vila Restauração

Desde setembro de 2021, os cerca de 1.000 moradores da Vila Restauração, Vale do Juruá, Acre, a mais de 500 km da capital Rio Branco, contam com fornecimento de energia 24 horas por dia. Antes, a vila era representativa da **exclusão energética que aflige tantas comunidades ribeirinhas na região amazônica** - frente aos desafios logísticos, financeiros e de infraestrutura na geração e distribuição em regiões isoladas dos grandes centros urbanos -, e dependia de gerador a diesel, que abastecia durante apenas 3 horas por dia.

Com aquisição de empresas de energia no Acre e em Rondônia, a **Energisa** desenvolveu um piloto para atender à demanda nessa localidade: um **primeiro sistema isolado** que servisse de teste e modelo para o atendimento para ser escalado, ao longo do tempo e em lotes, pelo programa **“Mais Luz para a Amazônia”** (já em investimento compartilhado com o governo), para áreas sem distribuição centralizada de energia.

O projeto, financiado por seu programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (ambos regulados pela **Aneel**), proveu energia de maneira contínua a quase 200 famílias através de um microssistema de **geração solar** e armazenamento por meio de baterias de íon de lítio, tecnologia de ponta com baixo impacto ambiental. Já gerou 1,33 GWh (evitando a emissão de 12.129 toneladas de CO2 na atmosfera, o equivalente a 33.627 árvores) e vem mostrando como é possível **aliar inovação e desenvolvimento sustentável** para melhorar a qualidade de vida de quem está em áreas remotas no país.

A instalação foi iniciada em 2020 e está já totalmente operante. O sistema agora é cuidado pelos moradores locais em conjunto, valorizando e reforçando a lógica comunitária que impera na vila. A economia foi impulsionada tanto com a contratação de mão de obra local quanto com a nova disponibilidade de energia durante o dia todo, que possibilitou o uso de eletrodomésticos e maquinários que giram negócios locais.

Hoje, resolvida a questão do acesso, a Energisa trabalha com monitoramento remoto do sistema. Estão olhando também para a questão do **consumo consciente** de energia com, por exemplo, a implementação de um sistema web para permitir que as pessoas troquem energia virtualmente, entre os que consomem menos e mais do que a oferta da concessionária, para garantir equilíbrio e sustentabilidade do sistema.

O encerramento do projeto será a passagem de bastão - do piloto executado **(re)energisa** (unidade voltada para negócios comerciais do grupo, responsável por desenvolver soluções limpas e renováveis) para as operações correntes da Energisa Acre. Os beneficiários passam a ser oficialmente clientes - hoje 80% da vila paga fatura de energia subsidiada, com custo médio de R\$25 mensais. A expansão se tratará de atendimento via operações correntes, rumo à universalização do acesso à energia que é obrigação da concessionária atingir com o tempo.

A superação do piloto para a escala depende da parte técnica, evolução das amarras regulatórias, além do desenvolvimento de fornecedores locais. Todos os testes no piloto são importantes para desenvolver *know-how* que pode ajudar a expansão para outras áreas e até outras empresas. Aprendizados em locais isolados mostraram também que, em paralelo à provisão de energia, pode-se fomentar, com a chegada junto a parceiros, temáticas que atendam demandas locais em outros flancos, como saneamento.

Vila Restauração, Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre

Parceiros

Energisa, (re)energisa, Aneel, TIM e Conexa Saúde

Aberto à colaboração/novas parcerias:



Oportunidades de colaboração

Baixas: por questões regulatórias, as empresas fornecedoras e distribuidoras são responsáveis por suas próprias instalações. Mas há possibilidade de aproveitar o momento e a logística da inserção energética para endereçar outras demandas locais junto a parceiros em frentes como saneamento.

ODS



Dinheiro investido

R\$ 20 milhões, em parceria com Aneel

Duração estimada do projeto:

2020 a setembro de 2022, a partir daí vira operação corrente da empresa (mudança de beneficiário para cliente)

Vila Restauração

Destaques

Aplicação interessante do *core business* da empresa, de geração de energia, como caminho para avançar em pesquisa e resolver necessidades críticas e estruturantes da região.

Substituição de dependência do diesel por sistema renovável e descentralizado.

Piloto de inclusão energética sustentável de comunidade remota (e cuja ligação ao Sistema Interligado Nacional é praticamente inviável) gera aprendizados para posterior universalização do acesso à energia na região via Mais Luz para a Amazônia.

Lições aprendidas

- ✓ Manutenção da lógica comunitária também no uso de energia - todo o sistema foi pensado para o coletivo e não individual.
- ✓ A importância do diálogo, transparência e estabelecimento de relações locais de confiança.
- ✓ Contratação de mão de obra local sempre que possível.

Escalabilidade

Grande potencial de ganhar escala - é compromisso da empresa financiadora, e parte de suas obrigações legais, expandir o modelo e levar energia renovável para outras comunidades remotas.



Desafios

Logística de transporte de equipamentos e materiais até a comunidade.

Conscientização dos moradores sobre uso sustentável do sistema, para evitar sobrecarga, especialmente com o aumento significativo da demanda energética após a instalação dos sistemas solares.

Gerenciamento das relações sociais de forma a permitir *feedbacks*, sanar dúvidas e respeitar as especificidades sociais e culturais do local tanto durante a fase de implantação quanto após entrega do projeto.

Principais Impactos

Expansão do fornecimento de energia (de 3 para 24hrs/dia) para aproximadamente 200 famílias;

Desenvolvimento de solução de energia limpa e renovável em comunidades remotas;

Indiretamente, o acesso à energia permite saltos de desenvolvimento econômico e social da localidade (educação, organização social, arranjos produtivos, etc).

Ybá: Conservação que Transforma

A oportunidade de gerar desenvolvimento via expansão dos usos socioambientais de área de floresta da **Dow** em Breu Branco, no Pará, motivou a criação do Projeto **Ybá: Conservação que Transforma**, voltado para **geração de renda** de comunidades locais a partir do **extrativismo de bioativos de interesse comercial**.



A empresa possui duas áreas na região, somando **38 mil hectares de floresta nativa preservada**. A conservação da área, que abriga centenas de espécies de animais e plantas e contribui com serviços ecossistêmicos, é relevante em si - especialmente considerando que fica na Zona de Endemismo Belém, que sofre grande pressão de desmatamento.

Compreendendo a chance de ampliar seus benefícios, a Dow estabeleceu parceria com o **Instituto Peabiru** para viabilizar a geração de renda ao mesmo tempo que contribui com a conservação da floresta, a partir do extrativismo não-madeireiro. O Peabiru realizou **diagnóstico social** e apoia na interação com a comunidade, estruturação social e técnica. A ONG também trouxe pesquisadores do **Museu Paraense Emílio Goeldi** para um **mapeamento da biodiversidade local**, que identificou na área 17 espécies vegetais de interesse comercial para a indústria cosmética e farmacêutica - que podem ser extraídas pelos comunitários das terras da empresa e comercializados.

Das espécies identificadas, 4 são de interesse da **Natura**, principal parceira comercial do projeto até aqui, que vai começar comprando andiroba. A Natura tem apoiado a capacitação dos comunitários, inclusive com a promoção de intercâmbio com uma cooperativa que já é sua fornecedora, como forma de garantir troca de conhecimento e inspiração.

Inicialmente, cerca de 20 famílias da comunidade Vila Mamorana estão envolvidas, e vão acessar as porções de terras da empresa onde há mais andirobeiras. Estima-se que o projeto pode impactar até 150 famílias. Há também enorme possibilidade de expansão em termos de bioativos comercializados - o que depende de outros compradores interessados nas demais espécies disponíveis.

Em paralelo, a **The Nature Conservancy** - parceira global da **Dow**, com 10 anos de colaboração em projetos de valoração ambiental, como a ferramenta **ESII TOOL¹³** para mensurar serviços ambientais - incorporou-se fazendo a **mensuração dos serviços ecossistêmicos** da área. A análise dos serviços ambientais mapeados - em comparação com áreas degradadas, eucalipto e outros cenários - será divulgada em breve.

Objetiva-se, assim, gerar impacto positivo para a comunidade e aumentar o valor percebido da floresta em pé. A empresa enfrentou desafios e conquistou aprendizados relevantes ao se dedicar ao projeto, que foge de suas práticas e relações cotidianas em seu *core business*. De legado a outras empresas interessadas em estabelecer parcerias semelhantes, ressalta-se a consolidação de precedente ou respaldo legal para acesso de comunidades às reservas - tanto com a Secretaria do Meio Ambiente quanto com adequação de normas internas de segurança.

A **Dow** não tem retorno financeiro direto com a iniciativa, já que não atua nas cadeias dos bioativos, mas aprimora sua relação com a comunidade e com sua parceira estratégica **Natura**, além de fortalecer seu posicionamento ESG. Os recursos financeiros para custear o projeto vieram do fundo interno Business Impact Fund (voltado para viabilizar iniciativas que gerem impacto social positivo e sejam alinhadas a oportunidades de negócio). Novos recursos de outro fundo estão permitindo sua expansão, olhando para a produção de mel como uma fonte adicional de renda para mulheres para além das fronteiras da empresa.

Parceiros

Dow, Instituto Peabiru, TNC e Natura



Aberto à colaboração/novas parcerias:

Oportunidades de colaboração

Buscam especialmente parceiros interessados no fortalecimento da associação local e na compra dos bioativos extraídos da área, para garantir escoamento da produção das comunidades.

Dinheiro investido

R\$1 milhão na primeira fase do projeto, que abrange mapeamentos das comunidades, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos

Duração estimada do projeto:

Dois anos, em duas fases anuais de diferentes escopos. Pode se estender até que a cooperativa esteja totalmente capacitada, se necessário.

ODS



¹³ <https://www.esiitool.com/about>

Ybá: Conservação que Transforma

Destaques

Garantir acesso de comunidade local para geração de renda com bioativos da área da empresa amplia os usos socioambientais e o número de beneficiários de área de reserva privada da empresa, valorizando a floresta em pé.

Atividades incluem mapeamento da biodiversidade, capacitação de moradores da região em extrativismo, associativismo e comercialização para empresas parceiras, além de mensuração de serviços ambientais.

Financiamento por fundos internos globais da empresa, via inscrições dos próprios funcionários, é uma forma interessante de engajar a força de trabalho em pautas socioambientais, além de capitalizar oportunidades a nível local.

Em 2022, a Dow completa 125 anos, sob a mensagem “*imagine better*” - e o projeto Ybá foi uma das 4 iniciativas destacadas globalmente para contar a história de como estão imaginando seu futuro.

Desafios

Estabelecer as bases e precedentes legais e operacionais que permitam o acesso às áreas de reserva de floresta nativa conservada da empresa para a promoção de projetos de extrativismo sustentável pelas comunidades ao redor da unidade da empresa em Breu Branco, no Pará.

Articulação com as comunidades e suas particularidades, que foge da expertise da empresa, bem como apoio na formação e capacitação da cooperativa que irá realizar o extrativismo sustentável de bioativos.

Adequar os procedimentos internos de forma a viabilizar o acesso das comunidades beneficiadas à área da empresa, sem comprometer normas e procedimentos de segurança.

Lições aprendidas



A importância de ter parceiros, respaldo legal e segurança jurídica para dar acesso a comunidades à sua área de floresta nativa conservada, o que pode ser aproveitado também por outras empresas que pensem em replicar modelos semelhantes.



O tempo das comunidades e da natureza (ciclos, chuvas, safras e sazonalidades) tem de ser respeitado, exigindo alguma flexibilidade de cronograma e entregas, diferente de um padrão industrial em que as variáveis são controladas internamente.

Escalabilidade

Uma vez estruturadas as cadeias, é possível expandir a produção para áreas nas próprias comunidades, para além dos limites da área de floresta da empresa, e inclusive para outras regiões do país. Também existe a possibilidade de explorar outros produtos de interesse comercial para a indústria cosmética e farmacêutica.



Principais Impactos

previsão de até 150 famílias favorecidas;

17 espécies de interesse comercial identificadas;

38 mil hectares conservados.



Quadro Geral



11

iniciativas Estudadas

13 de 17

ODS contemplados

Objetivos de Desenvolvimento
Sustentável da ONU

6 de 7

temas prioritários
do CEBDS
representados

50.721

beneficiários diretos

inclui números reportados de famílias
comunitárias, produtores rurais, empreendedores
e funcionários públicos capacitados

8 de 9

estados abrigam
iniciativas em campo

além de 100% da área da Amazônia Legal
coberta por monitoramento por satélite

30+

parceiros
executores ao lado
das empresas

ONGs, associações comunitárias,
órgãos públicos e de ensino/pesquisa



Principais Desafios

Mão de obra especializada



Tecnologias e arranjos adequados à região



Logística



Garantia de renda sustentável

Gargalos estruturais



Escoamento da produção



Monitoramento de impacto



Principais Lições Aprendidas

Diálogo transparente



Construção e valorização de capacidades locais



Comprometimento da alta liderança empresarial



Equilíbrio entre *quick wins* para engajamento e tempo exigido para desenvolvimento local se concretizar



Metodologias e procedimentos corporativos flexíveis à realidade local



Governança participativa/inclusiva (com instituições locais, poder público, lideranças comunitárias)



Ancoragem em demandas e vocações locais





Categorização proposta pelos autores

Novos produtores rurais; compradores de cacau/açaí; governos e ONGs que implantam SAFs.

Acelerador de Agroflorestas e Restauração

Parceiros e investidores para ampliar a expansão das atividades.

Acelerando o Desenvolvimento

Novas startups; empresas do agro, para atuarem como *sponsors*

AgriHub

Outras empresas do agro e alimentos; parceiros que possam oferecer serviços diferenciados aos participantes do programa.

Iniciativa PRO Carbono

Outras empresas que tenham borracha em sua cadeia de valor.

Juntos pelo extrativismo da borracha na Amazônia

OPORTUNIDADES DE COLABORAÇÃO

Se você é ou conhece organizações como essas, procure conexão com os projetos para união de forças e sinergias.

Meta florestal

Negócios prontos a implementar SAFs.

Nós da Floresta

Financiadores e parceiros voltados a fortalecer o ecossistema local de empreendedorismo e inovação.

PrevisIA

Setores que buscam rastreabilidade e transparência; órgãos públicos de fiscalização e controle.

Programas de Desenvolvimento Territorial no MA, PA e TO

Associações comunitárias e produtores locais.

Vila Restauração


Outros parceiros que atendam demandas locais, como saneamento.

Ybá: Conservação que Transforma

Compradores de bioativos extraídos das áreas; Parceiros focados no fortalecimento da associação local.

4

Conclusão



Existem muitos caminhos para empresas dispostas a atuarem de maneira mais ativa e responsável na Amazônia. Caminhos tão diversos quanto se possa conceber possibilidades de apoio - que procuramos exemplificar aqui com um repertório que inclui desde abordagens mais consolidadas de investimento social privado, até iniciativas mais recentes que se mostram promissoras e disruptivas.

É possível perceber um caminho de amadurecimento dos projetos, que ganham novos escopos, formatos e escalas conforme são aprimorados. A grande prova de sucesso aparece à medida que projetos-piloto ganham vida própria e são incorporados em políticas, programas e metas ESG das empresas, ou se transformam em iniciativas colaborativas e agregam outras empresas e parceiros, ou até mesmo originam *spin-offs*, startups e negócios sociais com sustentabilidade financeira.

Neste contexto, é fundamental o envolvimento e comprometimento da alta liderança com investimentos de longo prazo e disposição a risco financeiro - em favor do impacto socioambiental. Projetos que nascem dentro de uma área ou gerência específica e não ganham espaço dentro da empresa possuem uma expectativa de longevidade consideravelmente inferior àqueles integrados em áreas estratégicas (compras, financeiro, suprimentos, entre outras) ou que estejam diretamente ligadas a compromissos assumidos pela companhia.

Ação colaborativa é também premissa fundamental para o desenho de projetos e iniciativas nos diferentes territórios da Amazônia. Citado como uma das principais lições aprendidas em vários dos casos estudados, os processos de escuta e engajamento de atores locais em todas as fases do processo, desde sua concepção, gera senso de *ownership*, diminui riscos, aumenta a participação local em arranjos que efetivamente façam sentido para as comunidades - gerando assim também uma série de retornos diretos e indiretos para as empresas.

Por fim, conclui-se que não faltam chamados e oportunidades para que o setor privado atue de forma mais ativa nos territórios amazônicos - independentemente de ter suas operações baseadas lá, comprarem de cadeias de valor locais ou apenas se preocuparem com a região por sua condição estratégica na conservação da biodiversidade e regulação climática para todos nós. A conservação e valorização da Amazônia é uma tarefa complexa, porém urgente e fundamentalmente necessária para o Brasil e para o planeta. E o setor privado, que tem sua responsabilidade como parte do problema, é parte fundamental também da solução.

Os projetos aqui apresentados mostram caminhos que já estão desenhados ou se desenhando para a contribuição com a solução. Esperamos que inspire também outras empresas a percorrê-los, ou a construir seus próprios caminhos.

E, qualquer que seja este, que em paralelo ao desenvolvimento de projetos vejamos todos um compromisso renovado das empresas com o ajuste interno de suas práticas. Os projetos e ações nos territórios em que atuam são fundamentais, mas é preciso também olhar para suas próprias operações, bem como suas cadeias de fornecedores e produtos, e trabalhar ativamente para que os diferentes níveis e esferas de atuação operem por uma ótica de reduzir riscos e impactos negativos, e potencializar os benefícios e cuidados socioambientais.

Que este estudo e as iniciativas aqui apresentadas sirvam como um convite à ação imediata por parte do setor privado como um todo. Em pleno 2022, com tantos retrocessos ambientais e a emergência das mudanças climáticas cada vez mais alarmante, é que o senso de responsabilidade e as múltiplas oportunidades para criação de um futuro mais sustentável ganham relevância. É bom para a Amazônia, é bom para o planeta e é bom também para os negócios.



Recomendações

- O envolvimento ativo em fóruns, movimentos empresariais e demais espaços de diálogo e articulação com foco em agendas prioritárias da região é estratégico para alavancar sinergias e reforçar compromissos e protagonismo do setor privado em transformações sistêmicas.
- Muitos dos projetos aqui apresentados têm diferentes oportunidades de colaboração disponíveis. Para empresas que atuam ou têm cadeias de valor na região, identificar oportunidades de parceria e ação colaborativa com projetos e iniciativas já em andamento pode ser uma forma de potencializar, somar esforços e amadurecer o diálogo dentro da empresa.
- Mesmo para quem que não atua diretamente na região, existem caminhos indiretos de envolvimento, como compensar voluntariamente suas emissões via projetos desenvolvidos na região, apoiar financeiramente e institucionalmente instituições que atuam localmente, ou incorporar produtos oriundos da região em suas cadeias de valor.
- Independentemente do caminho escolhido, a definição de compromissos e metas ligadas à redução de emissões e agenda ESG, com ações e metas concretas, internalizadas nos processos das companhias, é passo fundamental para reforçar o compromisso com uma atuação mais responsável e menos impactante.



“O setor empresarial coletivamente tem força para fazer pressão no setor público (a nível federal, e especialmente estadual) para investimentos na área voltados para cadeias limpas, pedir medidas que fiscalizem e coibam ações ilegais. Por outro lado, pode potencializar e escalar empresas que estão se destacando na sua atuação”

- Patricia Gomes

“Existe uma percepção real das empresas de que não é possível ser mais exigente do que a própria legislação. No entanto, o setor privado tem um grande poder de mobilização, que pode e deve ser usado também para pressionar o governo no que se refere ao fortalecimento e avanço de pautas e legislações ambientais.”

- Gabriel Lui

“Falta para a Amazônia um protocolo de investimento e negócios na região, aos moldes do ‘*Arctic Investment Protocol - Guidelines for Responsible Investment in the Arctic*’¹⁵, uma pactuação para definição de papéis e consenso mínimo que seja coletiva, e não dependente de supostos super-heróis”

- Natalie Unterstell

Recomendações dos especialistas



“Alinhar as potencialidades da região a uma demanda real de mercado é o que vai permitir dar escala aos projetos e negócios locais, ou caímos num dilema de *greenwashing*¹⁴”

- Jorge Hargrave

“Quem opera na Amazônia e quer contribuir para a conservação e desenvolvimento sustentável da região deve manter um track record, documentar seu histórico de ações e benefícios. Quem sobrevive nesse mercado tem que contar sua história, seus percalços, seu caminho até aqui assim, e o que vai fazer de diferente, de adicional, conectado com o futuro. Isso gera aprendizados, e inclusive prova que a região não tem só coisa ruim, não é um vácuo de negócios”

- Natalie Unterstell

“O setor privado deve reconhecer seu poder de influenciar pautas, práticas e políticas neste cenário complicado de valorização com vistas à conservação e desenvolvimento mais justo e responsável”

- Denis Minev

¹⁴ “*Greenwashing*” em tradução livre, um “sonho verde”, sugere que por vezes desenvolvemos planos baseados mais em um “desejo” de que as pessoas valorizem a conservação acima de tudo, e menos baseado em demandas específicas que embasem essa valorização.

¹⁵ https://arcticeconomiccouncil.com/wp-content/uploads/2020/01/aecarcticprotocol_brochure_ir456_v16.pdf

Referências Bibliográficas

AgriHub <www.agrihub.com.br>

Amaz Aceleradora de Impacto <<https://amaz.org.br/>>

Amazon. Acelerador de Agroflorestas <<https://www.aboutamazon.com/news/sustainability/amazon-pledges-support-to-forests-and-communities-in-the-brazilian-amazon>>

Amaggi. Relatório de Sustentabilidade 2019. Disponível em <https://www.amaggi.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Amaggi_relato%C3%B3rio2019_GRI_mark.pdf>

Ambev. Aceleradora 100+ <<https://aceleradora.ambev.com.br/#!/>>

Carbono Bayer <<https://www.bayer.com.br/pt/blog/carbono-bayer-a-iniciativa-pioneira-busca-contribuir-para-reducao-de-emissoes-de-gee-no-campo>>

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) <<https://cebds.org/>>

Dow. Relatório de Sustentabilidade 2021. Disponível em: <<https://br.dow.com/content/dam/corp/documents/about/066-00338-11-2020-esg-report.pdf>>

Energisa. Relatório de Sustentabilidade 2021. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/60f49a2d-bd8c-4fd9-95ab-bdf833097a83/b7743aec-49e6-1875-9b50-5008bd6608d2?origin=2>>

Idesam <<https://idesam.org/>>

Michelin. Balanço de Sustentabilidade 2021. Disponível em: <https://www.michelin.com.br/corporativo/sustentabilidade>

Natura. Relatório Anual 2020. Disponível em: <https://static.rede.natura.net/html/sitecf/br/11_2021/relatorio_anual/Relatorio_Anual_Natura_GRI_2020.pdf>

Neoenergia. Relatório de Sustentabilidade 2021. Disponível em: <<https://ri.neoenergia.com/wp-content/uploads/sites/32/2022/04/RA-NEOENERGIA-2021-4abr.pdf>>. Curso Integrando a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável <<https://cursoagenda2030.com.br/>>

PrevisIA <<https://previsia.org/>>

Suzano. Relatório de Sustentabilidade 2021. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/r2021/src/pdf/RA_Suzano_2021.pdf>. Página de projetos em comunidades: <<https://www.suzano.com.br/sustentabilidade/comunidades/>>

Uma Concertação pela Amazônia. <<https://concertacaoamazonia.com.br/>>

Vale. Relatório Integrado 2020. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/business/reports/siteassets/relato-integrado-2020/assets/docs/vale_relato_integrado_2020.pdf>. Relatório Integrado 2021. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/565d6188-78a5-44f2-a97d-10000e022116?origin=1>>

World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) <<https://www.wbcsd.org/>>

 **cebds** | **idesam**



PATROCÍNIO MASTER

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION



PATROCÍNIO OURO



AVON   Aesop

natura & co

SIEMENS